

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

THAIRAN SOUZA SILVA

**MATRONAS ROMANAS E O CRISTIANISMO: RELAÇÕES DE GÊNERO NOS
ATOS DE PEDRO**

CAMPINAS - SP

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO

THAIRAN SOUZA SILVA

MATRONAS ROMANAS E O CRISTIANISMO: RELAÇÕES DE GÊNERO NOS
ATOS DE PEDRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador(a): Prof.º Dr.º Paulo Augusto de Souza Nogueira

CAMPINAS - SP

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586m	<p>Souza Silva, Thairan</p> <p>Matronas romanas e o cristianismo: relações de gênero nos Atos de Pedro / Thairan Souza Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>79 f.</p> <p>Orientador: Paulo Augusto de Souza Nogueira.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Império Romano. 2. Cristianismo Primitivo. 3. Matronas. I. Augusto de Souza Nogueira, Paulo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. III. Título.</p>
-------	---

THAIRAN SOUZA SILVA

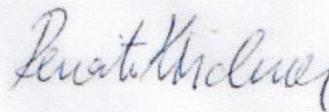
**MATRONAS ROMANAS E O CRISTIANISMO: RELAÇÕES DE
GÊNERO NOS ATOS DE PEDRO**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

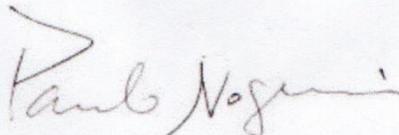
APROVADA: 28 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE ADRIANO FILHO
Data: 28/02/2024 17:34:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PROFA. DRA. JOSÉ ADRIANO FILHO (UNIDA)



PROF. DR. RENATO KIRCHNER (PUC-CAMPINAS)



PROF. DR. PAULO AUGUSTO DE SOUZA NOGUEIRA – PRESIDENTE (PUC-CAMPINAS)

AGRADECIMENTOS

É difícil listar em uma folha os agradecimentos que tanto devo. São tantas pessoas, tantos momentos, tantas palavras, tantos significados: família, amigos, professores, colegas. Não teria como ser diferente, em primeiro lugar agradeço de todo o meu coração aos meus pais (Lázaro César da Silva e Élis Rodrigues Souza Silva), seres humanos maravilhosos que sempre apoiaram minhas decisões, confiando em meu julgamento quando nem eu mesmo confiava. Alegaram-me quando estava acabado e nunca mediram esforços para vir em meu socorro quando precisei. Agradeço o privilégio de poder conviver com a minha avó (Maria José Barbosa da Silva), de desfrutar de seu carinho, afeto e preocupação, e ouvir suas histórias e fofocas sobre um mundo que há muito deixou de existir.

Deixo meus eternos agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Augusto de Souza Nogueira. Não tenho palavras para dizer o quão enriquecedor foi trabalhar com ele. Suas indicações de leitura, apontamentos, questionamentos, sugestões e correções foram de vital importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Meu mais profundo e sincero “obrigado”. Agradeço aos meus professores da graduação, pessoas fantásticas que despertaram em mim o amor pela universidade e pela vida acadêmica. Em especial, agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Regina Bovo, que lá em 2017 fez brotar em mim a curiosidade pela vida das matronas romanas. Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Campinas. Agradeço aos professores da minha banca de qualificação e defesa: Paulo Augusto de Souza Nogueira, José Adriano Filho e Renato Kirchner. Suas colocações e apontamentos foram essenciais para o término da pesquisa.

Com um sorriso no rosto agradeço aos meus amigos, aqueles que me acompanham desde a infância até a atualidade. Vocês são uma família para mim. Lembro com vivacidade e muita clareza do gesto de ternura e cumplicidade demonstrado pelo meu amigo e irmão, Bruno Queiroz, aos sete anos de idade, no primeiro ano do ensino fundamental. Tinha por volta dos dez anos quando conheci Ivan Luiz e Ricardo Fontes, pelos quais ainda guardo rancor por me baterem nas aulas de Karatê. Agradeço ao meu grande amigo Rodolpho Mota, que infelizmente não está mais em vida. Carregarei para sempre uma dívida de gratidão com ele. Encorajou-me e deu-me forças além do imaginado, ele continuará a viver para sempre em meu coração. Agradeço ao Zé Vitte por sua alegria, boa vontade e empatia; por sempre ouvir mais do que falar, e entender mais do que julgar.

Agradeço aos meus amigos do curso de História da UFTM. Eduardo, Mateus, Josy e Maria Betânia. São pessoas muito especiais que mesmo longe sempre estiveram dispostos a me ajudar. Tenho outra grande dívida com o Eduardo Ferreira, que foi meu psicólogo ao longo desses últimos dois anos. Ele ouviu minhas divagações, meus problemas, minha revolta, minha tristeza e sempre teve uma palavra amiga e de conforto. Por muitas vezes me fez refletir e avaliar com clareza as situações pelas quais eu passava. Agradeço ao pessoal do grupo Delírio Coletivo (Andy, Élião, Gabi e Junior). Juntos rimos, juntos brigamos, juntos choramos e juntos permaneceremos. Vocês estarão sempre no meu coração.

Agradeço aos colegas da turma 2022 do curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Campinas. Vocês fizeram com que as aulas fossem mais felizes e divertidas. Amo a universidade, amo o ambiente universitário e a ciência. Mesmo não sendo “cria” da PUC-Campinas, aprendi a amá-la.

Por último, agradeço a própria PUC-Campinas que investiu em mim uma bolsa de 50% até o término da minha pesquisa (26 meses). Foram dois anos e dois meses de uma jornada intensa, dois incríveis anos de amadurecimento pessoal e profissional. Em muitos momentos eu quis desistir, pensei que não conseguiria chegar ao final e que meu trabalho não era bom o suficiente. Fui impulsionado por todas as pessoas citadas até aqui, direta e indiretamente. Foi através do amor depositado por todos vocês que fui capaz de construir esta pesquisa. Meus mais profundos e sinceros agradecimentos, amo a todos.

RESUMO

Nos séculos II e III d.C., o conceito de mulher, assim como seu papel social, variava por causa de fatores como: status social, classe, etnia e localização geográfica. Em muitas famílias da elite romana, as mulheres desempenhavam o papel de gestoras do lar. Também estudavam e se envolviam em atividades intelectuais e culturais. As jovens estavam aptas a se casar a partir dos doze anos. O propósito da mulher em um casamento era a procriação para preservação do nome do marido. As mulheres romanas eram criadas com a finalidade de constituir e perpetuar uma família. O Império Romano tinha uma vasta multiplicidade de grupos religiosos, fator resultante de sua diversidade étnica e social. Neste período o cristianismo era um grupo minoritário. Em seus primórdios, ele basicamente era uma religião de gente semianalfabeta e que compunha os grupos socioeconômicos inferiores do Império Romano: escravos, mulheres e camponeses. Neste contexto, os Atos Apócrifos de Pedro são fontes importantes do cristianismo primitivo. Através deles podemos analisar como era composta a igreja cristã primitiva; qual era a participação das mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores e superiores na organização do movimento cristão; como elas eram representadas e com qual finalidade. A representação das mulheres nos Atos Apócrifos de Pedro refletia os valores morais e sociais da época. As matronas eram estereotipadas como mães afetuosas de temperamento virtuoso e esposas leais. Elas ocupavam papéis sociais, familiares, religiosos e culturais que variavam conforme sua classe social.

Palavras-chave: Império Romano; Cristianismo Primitivo; Matronas; Atos Apócrifos de Pedro.

ABSTRACT

In the II and III centuries A.D., the concept of women, as well as their social role, varied due to factors such as: social status, class, ethnicity, and geographic location. In many elite Roman families, women played the role of household managers. They also studied and were involved in intellectual and cultural activities. Young women were eligible to marry from the age of twelve. The woman's purpose in a marriage was procreation to preserve her husband's name. Roman women were raised with the purpose of forming and perpetuating a family. The Roman Empire had a vast multiplicity of religious groups, a factor resulting from its ethnic and social diversity. During this period, Christianity was a minority group. In its beginnings, it was basically a religion of semi-illiterate people who made up the lower socioeconomic groups of the Roman Empire: slaves, women, peasants. In this context, the Apocryphal Acts of Peter are important sources of early Christianity. Through them we can analyze how the early Christian church was composed, what was the participation of women from lower and higher socioeconomic groups in the organization of the Christian movement, how they were represented and for what purpose. The representation of women in the Apocryphal Acts of Peter reflected the moral and social values of the time. Matrons were stereotyped as affectionate mothers with virtuous temperaments and loyal wives. They occupied social, family, religious and cultural roles that varied according to their social class.

Keywords: Roman Empire; Early Christianity; Matrons; Apocryphal Acts of Peter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I MATRONAS ROMANAS E O CRISTIANISMO: RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ATOS DE PEDRO	15
1.0 As mulheres e suas relações políticas e sociais no império romano	15
1.1 As mulheres da elite e sua posição social	16
1.2 A educação das mulheres romanas e seu processo excludente	22
1.3 A educação das garotas e mulheres da elite romana	23
1.4 A configuração do lar no império romano	25
1.5 A função da mulher dentro do lar	25
1.6 As relações entre mulheres e homens, dentro e fora do lar	28
1.7 Os espaços de poder da mulher romana no império	30
1.8 O discurso cristão primitivo sobre as mulheres	31
1.9 As mulheres cristãs são dos grupos subalternos, mas as matronas ocupam a imaginação histórica	35
1.10 O casamento e suas configurações sociais no cristianismo primitivo	37
1.11 As mulheres e a perseguição aos cristãos	38
II CRISTIANISMO PRIMITIVO: O CASO DOS ATOS DE PEDRO	43
2.0 Textos apócrifos: sua historiografia e composição	43
2.1 A composição dos Atos Apócrifos de Pedro	45
2.2 Os Atos apócrifos de Pedro entre as novelas e a história. seu gênero literário	46
2.3 O lugar dos Atos Apócrifos de Pedro na literatura do cristianismo primitivo	49
2.4 Estrutura literária dos Atos Apócrifos de Pedro	51
2.5 Restaura a comunidade de Roma	54

2.6 A cruz e a morte como desfecho narrativo nos Atos Apócrifos de Pedro	55
2.7 A relação entre magia e poder nos Atos Apócrifos de Pedro	57
III O PAPEL DAS MULHERES NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO	60
3.0 O feminino nos Atos Apócrifos de Pedro	60
3.1 Uma contradição: mulheres como perigo (contaminação/sedução sexual) e mulheres como acesso a recursos (financiamento via patronato e prestígio social)	60
3.2 As mulheres da elite romana e sua maneira de lidar com o poder ou dar acesso ao poder	62
3.3 Mulheres protagonistas nos Atos Apócrifos de Pedro	64
3.4 A idealização das matronas convertidas como acesso do cristianismo às elites. Ficção narrativa, desejo ou estratégia?	67
3.5 Atos de Pedro: mulheres como problema-chave para entender a constituição interna das comunidades e como estratégia de obtenção de recursos, proteção e status	68
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	74
Fonte	74
Bibliografia	74

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, pretendemos analisar os Atos Apócrifos de Pedro e as representações femininas contidas nele, para, através disso, compreender o papel social, econômico e político das matronas romanas nos séculos II e III d.C., e refletir sobre a atuação das mulheres na sociedade e suas ações como motor transformador do meio em que viviam. Elas foram em boa parte as responsáveis pela disseminação e pelo fortalecimento do cristianismo primitivo ao longo deste período.

Representação é um termo que será bastante mencionado nesta pesquisa. O conceito de representação que iremos utilizar é o de representação social. Este método se fundamenta em uma forma de conhecimento que busca a reconstrução de uma realidade comum a um determinado conjunto social. O sociólogo francês Émile Durkheim introduziu em 1898 o conceito de representação coletiva. Durkheim pretendia explicar fenômenos sociais como a religião, que, segundo ele, deveriam partir de uma análise do coletivo. A partir do pensamento de Durkheim, surgiu na psicologia social o conceito de representações sociais. Dessa forma, a representação social é utilizada por nós para compreender como as mulheres do Império Romano estavam inseridas nos grupos sociais da época, construindo e interpretando o mundo em que viviam. Devemos nos lembrar que o cristianismo primitivo nesse momento era apenas um grupo religioso minoritário que se desenvolvia às margens do tecido social romano. Foi na casa dos mais humildes que o cristianismo começou a conquistar o seu espaço no Império Romano. Cientes desse fato, nos perguntamos: por que existem tantas referências às matronas romanas nessa literatura?

Entendemos que, ao se tornar de fato uma religião, o cristianismo passou por inúmeras dificuldades: foi perseguido, escravizado e humilhado. Apenas no início do século IV d.C. o imperador Constantino fez a façanha de tornar o pequeno grupo minoritário cristão em religião oficial do imperador. Utilizamos as palavras “do imperador” e não “do império”, pois o império na sua totalidade continuava pagão. Constantino conferiu ao cristianismo o direito a culto; fator decisivo para a missão cristã de expansão. Direito que já era válido para as demais religiões pagãs.

Através da bibliografia selecionada foi possível observar que, em Roma, tornou-se real a necessidade de venerar os demais deuses, vistos pelos cristãos como pagãos, intimamente e publicamente, como forma de reverenciar e demonstrar gratidão. Os deuses caminhavam ao lado das pessoas e as divindades se constituíam junto à sociedade

romana. Isso significa que toda a ritualística envolvendo a veneração dos deuses pagãos reforçava a coesão social e tornava sólida uma estrutura de passagem das tradições no interior das famílias e comunidades.

O cristianismo tinha um diferencial que não se encontrava em nenhuma outra religião do Império Romano. As demais religiões eram uma multiplicidade de células, conquistando e enquadrando pessoas na sua mitologia. Mas nenhuma das divindades pagãs tinham aquilo que era uma das bases do cristianismo, isto é, a proximidade com Deus. Mas não apenas isso, um Deus que veio ao mundo e viveu como eles uma vida humana, feito de carne e ossos.

Levantemos então a seguinte questão: quais são esses papéis de liderança desempenhados por mulheres no cristianismo primitivo? Elas conduziam os serviços em casa, se envolviam em atividades missionárias e eram vistas com bons olhos ao longo dos Evangelhos. Nosso problema aqui é distinguir as posições sociais dessas mulheres, para que possamos traçar uma lógica sobre suas ações e perfis nos séculos II e III d.C. As mulheres dos grupos socioeconômicos superiores exerciam forte influência na política. Devemos lembrar que a sociedade romana era centrada na ancestralidade. As famílias antigas detinham poderosos laços no Império Romano, suas vozes ditavam a política e a vida em Roma.

Voltando à Monarquia¹, a família romana da realeza criou raízes nas estruturas da República² romana e mais tarde fez o mesmo no período imperial, ao estender seu poder através de subdivisões das famílias tradicionais na política. Entendemos que a relação das famílias romanas aristocratas com o poder político era enorme. Podemos perceber que os patrícios que compunham o senado se identificavam com a mesma posição social das grandes famílias, isso quando não eram pessoas indicadas a dedo pelos chefes patriarcais.

¹ A Monarquia Romana é a nomenclatura utilizada para definir o estado monárquico romano desde a sua origem em 753 a.C. até a queda da realeza em 509 a.C.. A documentação deste período é precária e até mesmo os nomes dos reis são incertos, citando-se apenas os reis lendários, apresentados nas obras de Virgílio (*Eneida*) e Tito Lívio (*Ab Urbe condita libri*). Suas origens são imprecisas, a Monarquia foi a primeira forma de governo da cidade de Roma, um dado que a arqueologia e a linguística confirmam.

² A República Romana foi um período da história da Roma antiga que durou 500 anos, de 509 a.C. a 27 a.C. quando foi governada por senadores e magistrados. Durante este tempo, Roma organizou suas instituições e realizou importantes conquistas militares que lhe garantiram o domínio do Mar Mediterrâneo.

A finalidade desta pesquisa é contribuir com os estudos no campo das Ciências da Religião, gênero e poder no Império Romano³ durante os séculos II e III d.C. Foi feita uma minuciosa interpretação dos Atos Apócrifos de Pedro, a partir da qual foi possível elucidar as relações entre as matronas romanas e o cristianismo primitivo. Tentando entender como essas relações do cristianismo foram forjadas e como isso modificou as relações entre as matronas, o cristianismo e seus interlocutores.

Nossos objetivos com esta pesquisa são: a) compreender como era o Império Romano e o cristianismo nos séculos II e III d.C., sociedade, cultura e economia; b) elucidar quem são as matronas romanas, entendendo suas posições sociais e econômicas como peça fundamental para o desempenho político e social do Império Romano; c) entender como era o cristianismo dos séculos II e III d.C. e quais eram as suas relações com as matronas romanas. Já nossos objetivos específicos são: entender como as matronas se organizavam, como eram seus modos de vida, suas relações sociais e políticas, além de compreender como era o Império Romano do ponto de vista das matronas e quais foram as suas formas de influenciar a sociedade romana.

Para entender quais vantagens as matronas obtinham em sua relação com o cristianismo primitivo e quais vantagens o cristianismo primitivo recebia em troca, é necessário analisar as transformações pelas quais o cristianismo primitivo e as matronas passaram nos séculos II e III d.C. Quais benefícios estes movimentos trouxeram para o cristianismo e para o Império Romano? Qual o papel das mulheres na narrativa dos Atos Apócrifos de Pedro, em especial das matronas? Dessa forma, nossa pesquisa consiste em saber como as matronas romanas, muitas vezes ignoradas pela história, junto ao cristianismo primitivo se tornarão importantes personagens na constituição do cristianismo nos espaços de poder do Império Romano.

Para entender quais vantagens as matronas obtinham em sua relação ao cristianismo primitivo e quais vantagens o cristianismo primitivo recebia em troca, é necessário analisar as transformações pelas quais o cristianismo primitivo e as matronas passaram nos séculos II e III d.C. Quais as consequências que estes movimentos trouxeram para o cristianismo e para o Império Romano? Qual o papel das mulheres na narrativa dos Atos Apócrifos de Pedro, em especial das matronas.

³ O Império Romano foi um período da história da Roma antiga, considerada a maior civilização da história ocidental. Este período histórico teve duração cinco séculos, começando em 27 a.C. e terminando em 476 d.C.

Como metodologia, pretendemos utilizar a análise do discurso. Para utilizar a análise do discurso, em primeiro lugar é necessário compreender o contexto em que o discurso está inserido, os elementos linguísticos e objetivos do falante. Através dela é possível analisar os tipos de discurso sobre as mulheres empreendidos pelos autores dos Atos Apócrifos de Pedro, bem como identificar de que forma esses discursos são utilizados na composição da narrativa, trazendo toda uma intencionalidade particular para o texto.

Com a ajuda da bibliografia selecionada iremos discutir elementos históricos e literários que auxiliarão em nossa análise da fonte. A partir disso, pretendemos compreender como era e o que era o cristianismo dos séculos II e III d.C., colocando sempre em evidência as relações entre as matronas e o cristianismo. Pensando em como esse fator afetou o desenvolvimento do cristianismo e seu processo de transformação.

Nesta pesquisa, iremos lançar um novo olhar aos estudos sobre a religião cristã e a mulher romana dos grupos socioeconômicos superiores e inferiores. Para isso iremos compreender as transformações que ocorreram no cristianismo primitivo, na tentativa de dar luz às relações de poder que se desenvolviam entre as matronas e o cristianismo.

I – MATRONAS ROMANAS E O CRISTIANISMO: RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ATOS DE PEDRO

1.0 – AS MULHERES E SUAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO IMPÉRIO ROMANO

Os romanos tinham como ideal a mulher que amava o marido acima de tudo, que lhe gerava filhos, que era graciosa ao falar, elegante ao andar e com maestria cuidava do lar. “O papel adequado da mulher, em outras palavras, era dedicar-se ao marido, produzir a geração seguinte, ser um adorno, uma administradora do lar e contribuir com a economia doméstica, fiando e tecendo” (BEARD, 2020, p. 300). Essa imagem da mulher romana, foi mais expressão do desejo masculino do que reflexo da realidade.

Não menos problemática é a imagem que compete com essa, proeminente no século I a.C., de um novo estilo de mulher liberada, que supostamente desfrutava uma vida social livre, sexual, adúltera, sem muitas restrições impostas pelo marido, pela família ou pela lei (BEARD, 2020, p. 301).

Algumas dessas mulheres eram constantemente desdenhadas, enxergadas como parte de um mundo marginal de atrizes, coristas, acompanhantes e prostitutas. Um exemplo seria a ex-escrava Volumnia Cytheris. Ela foi amante de Brutus e Marco Antônio, um assassino de Júlio César e o outro seu principal apoiador. Porém, muitas dessas mulheres eram esposas ou viúvas de grandes senadores.

A mais notória foi Clódia, irmã de Clódio, grande inimigo de Cícero, esposa de um senador que havia morrido em 59 a.C., e amante do poeta Catulo – e de muitos outros. Corriam boatos de que Terência teria suspeitado das relações de Cícero com Clódia. Ela era alternadamente atacada e admirada como uma sedutora promíscua, manipuladora calculista, deusa idolatrada e doída criminosa (BEARD, 202, p. 301).

No Império Romano os homens vão justificar seu domínio sobre as mulheres, moldando uma imagem de transgressoras, perigosas, sexualmente promíscuas e irresponsáveis. “Além disso, em muitos casos as chocantes descrições de criminalidade, poder e excessos femininos nada tem a ver com a realidade, mas com veículos para um debate sobre algo bem diferente” (BEARD, 2020, p. 302). A mulher romana tinha uma maior independência quando comparada com as mulheres gregas ou do Oriente Próximo. Por mais que para os padrões atuais isso pareça limitado, a mulher romana não era publicamente invisível.

As mulheres dos níveis socioeconômicos inferiores da sociedade romana se

encontravam sob o estigma da inferioridade social e familiar. Para essas mulheres, a desigualdade social era muito opressora, uma vez que a sociedade romana era patriarcal e não dava espaço para que elas tivessem voz. Nem mesmo um nome lhes era oferecido, pois os homens não as consideravam indivíduos genuinamente humanos. Essas mulheres irão aderir ao cristianismo motivadas por seu caráter milagroso e pelo aprendizado em reciprocidade, como nos mostra Ivone Gebara:

Nessa linha se pode dizer que o aprendizado em reciprocidade significa uma espécie de troca de relações de vida, de mútua implicação de alguém com alguém, porém não de uma maneira cega ou pré-ordenada. Implica diálogo, perguntas, respostas, ajustes, esclarecimentos, dúvidas nas diferentes situações provisórias da vida (GEBARA, 2022, p. 113).

Neste ponto concordamos com Gebara, as mulheres dos níveis socioeconômicos inferiores do Império Romano se aproximarão da igreja cristã primitiva por três motivos: 1º) a necessidade de se sentir parte de um todo, pois isso gerava no agrupamento dessas mulheres uma espécie de sororidade; 2º) a crença em algo maior, o preenchimento de um sentimento religioso que as demais religiões pagãs não eram capazes de suprir; 3º) uma forma de se obter determinado conhecimento através de um aprendizado em reciprocidade.

1.1 – AS MULHERES DA ELITE E SUA POSIÇÃO SOCIAL

Para dar continuidade em nossa análise precisamos entender o conceito de “elite”. Segundo o historiador e sociólogo Flavio M. Heinz (HEINZ, 2006), atualmente, ainda “não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza” (HEINZ, 2006, p. 7). Este termo faz referência a categorias de grupos que ocupam o topo das estruturas sociais. Entende-se por este conceito pessoas que são dirigentes, influentes, abastados ou privilegiados. Etimologicamente, a palavra “diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos” (HEINZ, 2006, p. 7).

O termo elite também pode ser definido como forma de estudar grupos e indivíduos que ocupam um lugar de destaque e importância em uma determinada sociedade. Esses grupos ou indivíduos possuem: poder, influência e privilégios, que são inacessíveis ao restante daquela sociedade.

As elites definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria

um meio para determinar quais os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes (HEINZ, 2006, p. 8).

Na produção científica de historiadores e sociólogos dedicados a estudar o conceito de elite, trata-se de compreender por meio desses estudos os personagens que estão no topo da hierarquia social e política, assim como suas relações, laços e objetivos em conjuntos ou setores da sociedade.

O período que iremos analisar a seguir (96 a 180 d.C.) é batizado pelo filósofo Nicolau Maquiavel (1469 – 1527 d.C.) como “A Era dos Cinco Bons Imperadores” (MAQUIAVEL, 2007). Por meio desse título, Maquiavel refere-se aos governos dos seguintes imperadores: Nerva (96 – 98 d.C.), Trajano (98 – 117 d.C.), Adriano (117 – 138 d.C.), Antonino Pio (138 – 161 d.C.) e Marco Aurélio (161 – 180 d.C.). Nosso foco estará nos governos de Trajano, Adriano e Marco Aurélio. Estes três imperadores tiveram mulheres muito fortes como parceiras. Suas esposas foram imperatrizes de envergadura que participaram de seus governos de diferentes formas.

Os três imperadores governaram em períodos de “relativa estabilidade política, livre de assassinatos e guerras civis, que viu Roma alçar asas e alcançar o máximo que conseguiria em limites territoriais” (FREISENBRUCH, 2010, p. 216). Infelizmente, as três imperatrizes tiveram pouca atenção nos estudos ao longo da história. Mas existe uma razão para este anonimato. Com a ascensão das dinastias que governaram Roma no século II d.C., “as capacidades reprodutivas de uma mulher foram eliminadas como um elo na cadeia que determinava a transferência de poder de um imperador para outro” (FREISENBRUCH, 2010, p. 217).

Quando analisamos o período da ascensão de Nerva em 96 d.C. a Cômodo, filho de Marco Aurélio em 180 d.C., observamos que cada candidato a imperador era selecionado a dedo e adotado como filho de seu predecessor. Os imperadores Trajano e Adriano falharam em ter filhos legítimos, o que foi visto pelos legalistas de seus governos como um ponto positivo, afinal, para eles isso era garantia de que o próximo governo seria escolhido por mérito. Mas e quanto às imperatrizes, qual a importância delas dentro desse contexto?

Mesmo com o silêncio das fontes literárias da antiguidade em relação às mulheres, fontes arqueológicas mostram que através de retratos oficiais cunhados em moedas e imortalizadas em estátuas, às imperatrizes (Plotina, Sabina e Faustina) tornaram-se memoráveis no Império Romano.

Pompéia Plotina foi a primeira dessas três mulheres a exercer influência na política e sociedade romanas. Existe pouco material sobre seu passado e origem, mas há indícios que ela era de Nemauso, na Gália, e que havia nascido por volta do ano 70 d.C., época do imperador Vespasiano. Plotina foi escolhida para ser esposa de Trajano, na época um promissor membro do clã Ulpiano, o que caracteriza-se como um indício de que sua família vinha de um grupo bem relacionado com a classe senatorial. Não é possível precisar a data concreta do casamento de Plotina com Trajano, sabemos que seu casamento ocorreu antes de Trajano se tornar imperador, provavelmente no início de sua ascensão militar e política.

A partir da data em que Plotina entrou no antigo palácio de Domiciano, temos poucos registros históricos sobre sua vida de imperatriz. Temos duas hipóteses para esse problema: 1º) “Reflexo da costumeira indiferença com que se via a educação de uma mulher em relação à do marido” (FREISENBRUCH, 2010, p. 219); 2º) pode estar relacionado ao fato de Plotina não ter tido filhos; isso significaria que ela não cumpriu o seu papel na formação de um futuro imperador. Este era um fator muito importante para os romanos da antiguidade. Trajano escolheu Plotina por sua personalidade que lembrava de tempos antigos, seu estilo pessoal, sua modéstia e atitude gentil. Porém, a cobrança por filhos vinha da sociedade romana, era dever da mulher prover filhos ao marido. Plotina não conseguiu cumprir esse dever.

Enquanto os imperadores anteriores haviam enfrentado o escrutínio de suas vidas particulares que andava de mãos dadas com o cargo que ocupavam, o panegírico de Plínio elogiava Trajano por garantir que toda sua família seguisse o padrão sem manchas de conduta moral que ele próprio mantinha (FREISENBRUCH, 2010, p. 221).

Podemos observar que houve um desvio de crédito quanto ao elogio direcionado a Trajano. Ele é elogiado no lugar de Plotina. É a mulher a responsável pela boa conduta moral da família. Isso pode ser em parte vestígio de traços inerentes ao gênero panegirista. E pode também significar um contrato social do espaço que as mulheres deveriam ocupar no novo regime.

Quando Plotina aparece nos registros históricos é de forma gloriosa. Ao entrar pela primeira vez no Palatino⁵, ela se vira para a multidão que a assistia e profere a seguinte frase: “Entro aqui como o tipo de mulher que quero ser ao partir”. Essa breve declaração foi um forte sinal do símbolo feminino que Plotina viria a se tornar, o símbolo de uma nova casa imperial. Uma casa com pulso forte para acabar com as guerras civis internas vindas da família de Domiciano.

Durante o governo de Trajano, Plotina recebeu algumas homenagens. Ela foi a primeira mulher a ser referenciada nas moedas e associada ao termo “castidade”. Também foi homenageada com uma escultura imponente feita a partir de seus traços. Plotina era uma mulher altamente educada, como nos pode atestar uma inscrição vinda de Atenas na Grécia. Mesmo que ela não apareça nos registros literários romanos, ela era ativa nas causas que acreditava serem justas. “O papel de Plotina como patrona de um papel filosófico é interessante, visto que durante o período muitas sátiras foram compostas ridicularizando um grupo de mulheres ricas que se consideravam intelectuais e contratavam gurus filosóficos” (FREISENBRUCH, 2010, p. 226).

A partir da influência de Plotina na sociedade romana, nasce então um novo interesse das mulheres pela filosofia, patrocinado pela própria Plotina. Seu incentivo pode ter sido em parte o estímulo do amor pela cultura grega no século II d.C. Plotina pede diretamente ao imperador Adriano para que ele mude a lei vigente onde o ensino era apenas em latim, pedindo para que seja ensinado em grego. Adriano então muda a lei para que a sucessão dos cargos da escola sejam escritos em grego ao invés de latim.

Plotina veio a falecer em 123 d.C. aos 50 anos de idade, no sexto ano de governo do imperador Adriano. Não sabemos as causas de sua morte, sabemos que o imperador Adriano passou nove dias vestido com roupas pretas, simbolizando seu luto. E ainda ordenou a construção de um templo para seu predecessor e sua esposa: “Divino Trajano e Divina Plotina em reconhecimento da sua consagração como Deusa” (FREISENBRUCH, 2010, p. 227).

É importante salientar que esse apreço do imperador Adriano por Plotina não é única e exclusivamente por admiração e respeito. Em seu leito de morte, Trajano nomeia Adriano (seu primo de segundo grau) a governador da Síria, seu sucessor e filho adotivo. Através dessa jogada política, Adriano ascende à posição de imperador. O curioso é que a nomeação de Adriano a governador da Síria não é assinada por Trajano, mas por Plotina.

O que pode ter acontecido é que Trajano estivesse simplesmente fraco demais para escrever, tendo delegado a tarefa à esposa. Mas alguns observadores da época não ficaram satisfeitos com isso e concluíram que a assinatura da imperatriz era sinal de que havia uma trama em andamento para usurpar a sucessão (FREISENBRUCH, 2010, p. 224).

O principal autor dessa teoria da usurpação da sucessão de Adriano foi Cássio Aproniano, pai do historiador Dião Cássio⁴. Foi Aproniano quem investigou o caso da morte de Trajano, quando era governador da Sicília, chegando à conclusão de que “a morte de Trajano foi omitida durante vários dias a fim de permitir que a adoção da escolha da imperatriz para sucessor, Adriano, fosse providenciada e anunciada para o Senado” (FREISENBRUCH, 2010, p. 224).

Assim como no caso de Plotina, também enfrentamos o problema da falta de tradição literária sobre a imperatriz Sabina, esposa de Adriano. Foi necessário que a historiografia recorresse a vestígios epigráficos fragmentários, para assim fazer um levantamento de dados sobre o início de sua vida. Segundo esses vestígios, Sabina era fruto do casamento de Salônia Matidia com um senador chamado Víbio Sabino, que lhe deu o nome de Víbia Sabina. As fontes indicam que Sabina casou-se com seu primo Adriano aos 14/15 anos de idade. Seu nascimento foi por volta de 86 d.C. e se tornou imperatriz por volta dos 30 anos.

Descrita como uma mulher “irritável” e “geniosa” em comentários atribuídos ao marido, rumores de conflitos não faltavam ao seu casamento com Adriano, ao ponto de uma fonte afirmar que Sabina tomava precauções para não ficar grávida, uma fofoca provavelmente inventada para justificar o fato de o casal não ter tido filhos (FREISENBRUCH, 2010, p. 229).

Não existe nenhuma documentação, evidência ou obra pública que possa atestar a influência de Sabina sobre Adriano, ao contrário de sua tia Plotina e suas predecessoras. Os registros financeiros de Sabina transmitem a impressão de que ela era uma mulher mais independente que o normal. Ela herdou uma fortuna de sua família, uma propriedade em Roma, olarias em toda cidade e um número considerável de homens libertos a seu serviço. Na época de seu casamento, ela fez a doação de 100 mil sestércios⁵ para uma fundação de caridade na antiga cidade de Velleia. “Sabina passou grande parte do tempo como imperatriz em viagem, estabelecendo um padrão a ser seguido pelas mulheres de futuras administrações” (FREISENBRUCH, 2010, p. 229). Adriano passou aproximadamente 11 anos em viagens pelo exterior. Suas viagens eram necessárias, o

⁴ Dião Cássio foi um historiador e funcionário público romano, nascido por volta de 163 d.C. faleceu por volta de 229 d.C. Foi responsável por escrever a História de Roma em 80 volumes.

⁵ O sestércio (sestertius) era uma antiga moeda romana. O sestércio foi criado por volta de 211 a.C. como uma pequena moeda de prata. Em 23 a.C., a reforma monetária do imperador Augusto transformou o sestércio numa moeda grande de bronze que circulou até o século III d.C.

Império estava cada vez mais agitado. Durante esse tempo Sabina se encontrava em um espectro mais sombrio, com uma expressão facial amargurada, um corte de cabelo básico e cada vez mais quieta, tudo isso “com base em evidências da sua aparência escultural” (FREISENBRUCH, 2010, p. 230).

Na verdade, porém, as representações de Sabina que sobreviveram ao tempo imitam a passividade suave de outras de suas contrapartes. Seu penteado evolui gradualmente. Abandonando os cachos meticulosos e as rígidas colmeias enfileiradas das damas flavianas e trajânicas para dar origem a um cabelo ondulado volumoso escovado para trás a partir de uma divisão no centro e preso em um ninho frouxo atrás da cabeça, um estilo inspirado pelas deusas da mitologia grega (FREISENBRUCH, 2010, p. 230).

Durante o século II d.C., a cultura grega era valorizada no Império Romano. As representações de Sabina podem ser interpretadas como frutos dessa nova tendência. Até mesmo o imperador Adriano era um admirador da Grécia e da cultura grega. Sabina faleceu aos 49 anos e Adriano viveu um ano a mais que ela. Ele faleceu no dia 10 de julho de 138 d.C., aos 62 anos. É provável que sua morte tenha sido causada por uma doença coronária. Em 139 d.C., seus restos mortais foram transportados para os jardins de Domícia e enterrados em um mausoléu de 50 metros de altura recém-construído nas margens do rio Tibre ao lado de Sabina.

A última imperatriz que iremos destacar é Faustina. Ela foi esposa de Marco Aurélio e filha de Antonino Pio. Faustina se casa com Marco Aurélio no dia 30 de novembro de 147 d.C., resultando na concessão do título Augusta a Faustina. O casamento deles dura 23 anos e Faustina dá à luz a 4 filhos. Ela foi a primeira mulher romana a suceder a própria mãe como imperatriz. Também recebeu em 174 d.C. o título de “Mater Castrorum”⁶, devido ao seu “papel de responsável por manter a chama doméstica acesa, servindo como um tipo de queridinha das tropas, embora com aspecto mais materno” (FREISENBRUCH, 2010, p. 242).

Em julho de 175 d.C., Marco Aurélio viaja para Sirmium, levando junto Faustina e seu filho Cômodo, embarcando em uma excursão pelo Oriente. Faustina morre de forma repentina, durante o inverno na vila de Halala, situada na Capadócia, com aproximadamente 45 anos. Cinco anos após a morte de Faustina, quem vem a falecer é Marco Aurélio, no dia 17 de março de 180 d.C., aos 58 anos.

⁶ O título Mater Castrorum era dado para quem assumia a função de maternidade social e institucional, da qual derivam ações de proteção e tutela dos exércitos romanos.

A partir dos dados apresentados sobre as três imperatrizes, foi possível evidenciar alguns pontos: a pressão social que a mulher sofria para ter filhos e propagar o nome do marido para a próxima geração era aterradora. Caso não conseguisse engravidar, a mulher também sofria todas as consequências e responsabilidades. Outro fator era a constatação de seu poder e influência nos espaços sociais e políticos do Império, como foi possível observar no decorrer da história de Plotina e da sucessão de Adriano.

Conquistar o status social que essas três imperatrizes alcançaram não era tarefa fácil. Para chegar a exercer o poder da forma como elas o utilizaram, era necessário que tivessem um domínio de argumentação e retórica. Mulheres de grupos socioeconômicos superiores como as três imperatrizes em questão deveriam estar sempre à altura de seus maridos e possuir uma bagagem cultural elevada, como demonstram suas ações ao longo de suas vidas.

1.2 – A EDUCAÇÃO DAS MULHERES ROMANAS E SEU PROCESSO EXCLUDENTE

Desde pequenas as garotas romanas dos níveis socioeconômicos inferiores eram subordinadas ao pai e educadas pela mãe. Era a mãe que lhes ensinava os afazeres da casa: cozinhar, tecer, fiar, vigiar os escravos (quando os tinham) e supervisionar os negócios domésticos. Na educação primária, as meninas brincavam com bonecas de marfim ou terracota, conchas e pedrinhas coloridas. Já para as garotas da elite o sistema e sistema funcionava de forma diferente:

Aos doze anos, a vida dos meninos e meninas se separavam. Somente os meninos continuavam a estudar, sob o chicote de um “gramático” ou professor de literatura e as meninas já podiam ser dadas em casamento. Aos quatorze anos eram adultas e “aquela que, aos dezoito anos, ainda não fosse casada era considerada, em Roma, uma solteirona (ALMEIDA, 2021, p.76- 77).

A educação das garotas e mulheres romanas não deve ser tratada separadamente das pesquisas sobre os estudos da sociedade. Desde as fontes antigas tornou-se comum não falar sobre a educação das garotas romanas. Segundo Emily Hemelrijk (HEMELRIJK, 1999):

Mesmo os fatos mais básicos são difíceis de estabelecer. A infância como tal não interessava muito aos autores romanos e, enquanto os rapazes eram apreciados pela sua promessa de uma futura carreira, as

moças não figuravam de forma proeminente na vida pública e eram simplesmente omitidas dos registros (HEMELRIJK, 1999, p. 17).

Nas sociedades mediterrâneas antigas, a educação para as mulheres à margem do tecido social sempre foi mais defasada (ou inexistente) quando comparada à dos homens. A educação romana da elite era dividida em três fases: 1ª) na primeira fase a estudante tinha contato com muita leitura, escrita e um pouco de aritmética. Esta fase tinha início aos 7 anos e terminava aos 11 anos. Cabe destacar que, no Império Romano, as garotas já poderiam se casar aos 12 anos, portanto, a maioria das garotas paravam de estudar logo após a primeira fase do processo educacional. 2ª) A segunda fase (direcionada aos garotos) era composta por gramática, literatura (com ênfase em poesia), ortografia, mitologia ou geografia, indo dos 15 aos 16 anos. 3ª) A terceira fase (e mais importante) da educação romana era composta por treinos de retórica, com a intenção de preparar os homens da elite para ocupar os altos cargos públicos do Império. Era essencial a fluência em grego e a visita a Atenas ou outra cidade, para aperfeiçoamento do idioma e cultura grega.

Estas eram as três fases obrigatórias para os homens da elite romana. Percebemos então que até mesmo as mulheres dos grupos socioeconômicos superiores eram excluídas das fases 2 e 3 do processo educacional. E mesmo para os homens, fica claro que a continuidade dos estudos era destinada à elite. Os grupos socioeconômicos inferiores eram totalmente excluídos do processo educacional, fossem homens ou mulheres.

Podemos observar uma diferença gritante entre a educação das mulheres e dos homens no Império Romano. Os homens da elite eram preparados para ocupar os cargos públicos no Império, já para os homens dos níveis socioeconômicos inferiores sobrava o exército ou o trabalho braçal. Quanto às mulheres, eram preparadas para se casar e gerir o lar.

1.3 – A EDUCAÇÃO DAS GAROTAS E MULHERES DA ELITE ROMANA

Ao nascer as crianças romanas das famílias abastadas eram delegadas a uma “nutriz” e a um “pedagogo” conhecido também como “nutridor” ou “troféus”. As mães deixavam de amamentar seus filhos essa passava a ser função da nutriz. Porém, a relação entre a criança e a nutriz ia além da amamentação uma vez que ela e o pedagogo eram responsáveis pela educação das crianças até a puberdade.

As crianças viviam com sua nutriz e seu pedagogo. E no tempo que passavam juntos compartilhavam as refeições. No jantar, as crianças se reuniam com seus pais e convidados. Vale ressaltar que o jantar romano tinha um traço cerimonial, era o momento de se estabelecer laços e relações. A nutriz era tão importante que, quando uma moça se casava, sua mãe e a nutriz acompanhavam juntas a moça na noite de núpcias para aconselharem pela última vez o jovem esposo. Não podemos deixar de citar o irmão de leite junto à nutriz e ao pedagogo, pois eles formavam uma espécie de “segunda família”.

Os romanos tinham a teoria que a educação servia para enrijecer o caráter das crianças. Com a finalidade de que quando adultas tivessem forças para resistir ao luxo, decadência e vícios, tão presentes na sociedade romana. Podemos dizer que era uma educação fundamentada na pauta moral. Dentro da casa dos pais valiam as regras da severidade e complacência. Fazia parte do papel do pai ser severo e o da mãe ser complacente. Para os romanos, uma criança bem-educada era aquela que se dirigia ao pai como “domine”. Dessa forma os romanos acreditavam estar moldando de forma balanceada o caráter das crianças.

Apenas os meninos que pertenciam às famílias abastadas podiam continuar os estudos. O mesmo para as garotas. Mas devemos lembrar que, aos doze anos, as garotas já eram consideradas em idade núbil e podiam consumir o casamento. Com quatorze anos elas já eram consideradas adultas perante a sociedade romana. Mas a necessidade de se casar cedo não valia para as garotas da elite romana, valia para as plebeias. Para as mulheres da elite a ideia era de continuar os estudos e se casar com um homem do mesmo grupo social que elas, a fim de que pudesse agregar um maior status ao nome da família.

Aos quatorze anos, as garotas das famílias abastadas eram encarceradas em uma prisão sem grades, dando continuidade apenas aos estudos. A intenção era demonstrarem ao futuro marido que elas não passaram o tempo fazendo coisas que iriam contra a moral. Após o casamento de uma moça proveniente de boa família, a responsabilidade de sua educação era transferida para o marido.

A educação no Império Romano era um privilégio reservado para as elites, pois apenas elas tinham os recursos necessários para investir na educação dos seus filhos e filhas. Os homens da elite romana buscavam suas esposas dentro do seu próprio círculo social, mulheres cultas e de famílias abastadas. Mas por que os homens da elite se interessavam tanto por mulheres cultas? Talvez possamos encontrar a resposta para esta

questão entendendo como funcionava a configuração do lar no Império Romano. Quais os papéis da mulher e do homem na gerência do lar, no campo da política e na vida em sociedade?

1.4 – A CONFIGURAÇÃO DO LAR NO IMPÉRIO ROMANO

Para falar sobre a configuração do lar no Império Romano, precisamos entender determinados termos e como eles eram parte da estrutura social e política do Império. O primeiro deles é o *pater familias*, uma vez que ele era uma das maiores e mais fortes lideranças familiares existentes no Império Romano. Tudo pertencia ao *pater familias*, seus filhos, esposa, escravos, terras e riquezas. Porém, não era possível que o *pater familias* administrasse todas essas esferas. Esse momento é um ponto de virada nas configurações sociais do Império. As matronas ganham destaque ao atuarem como braços do *pater familias* na administração de seus espaços de poder. O principal deles era o lar, as mulheres se tornaram responsáveis pela administração do espaço doméstico, dos escravos, dos filhos, das relações sociais e políticas que se desenrolavam principalmente no interior de sua casa.

O casamento romano era, em essência, um negócio simples e privado. Diferentemente do que ocorre no mundo moderno, a cerimônia tinha um papel pequeno. Na maioria dos casos, um homem e uma mulher eram considerados casados se afirmassem que eram casados, e paravam de sê-los e ambos (ou um deles) afirmassem que não eram mais (BEARD, 2020, p. 299).

Para a elite romana, as cerimônias matrimoniais ocorriam com frequência na forma de eventos formais e caros. Os participantes eram relativamente familiares, pois o casamento era visto como um rito de passagem. As noivas costumavam utilizar roupas especiais na cor amarela, havia música e procissões. A cerimônia terminava com “a recém-casada sendo carregada para dentro da casa conjugal” (BEARD, 2020, p. 299). Um dos pontos principais ligados ao casamento era a questão das propriedades e do dote que o pai da noiva oferecia. Para a elite romana, essas assertivas tinham um grande peso.

1.5 – A FUNÇÃO DA MULHER DENTRO DO LAR

O papel da mulher era essencial no gerenciamento da esfera doméstica. Dentro do lar, sua figura era central no que tange às concepções de poder e autoridade. No início da

vida conjugal, é o *pater familias* que conduz o funcionamento do lar. “É ele que, de manhã, dá ordens aos escravos e distribui as tarefas; seu intendente presta-lhe contas” (VEYNE, 2009, p.75). Mas qual é a designação da mulher nesse momento? Esse era um ponto de atrito dentro do lar. Alguns *pater familias* deixavam a mulher responsável pelo lar, outros não. “A divisão do comando doméstico provocava querelas, a dar-se crédito aos Padres da igreja, inimigos do casamento: casar-se é submeter-se à autoridade da esposa ou ter de aguentar suas recriminações” (VEYNE, 2009, p. 75). No caso de mulheres ricas e herdeiras, fossem elas solteiras ou divorciadas, os médicos recomendavam que se ocupassem com alguma atividade no lar. Estabelecendo seu primeiro elo de poder – vigiando o escravo padeiro, vigiando o intendente ou fiscalizando os mantimentos da casa. São atividades simples, mas importantes para o bom funcionamento do lar.

Ser mãe de família constitui uma honrosa prisão e uma dignidade um tanto estreita em que o orgulho de uma jovem nobre se colocará no devotamento. Ora, uma jovem nobre herda o orgulho do pai, que de certo modo a emprestou ao marido (em Roma uma esposa descontente não deixava o marido para “voltar para a casa da mãe”, mas para a casa do pai (VEYNE, 2009, p. 77).

Algumas mulheres vindas de famílias mais ricas que a do marido se recusavam a respeitar a autoridade dele, outras desempenhavam um excelente papel político, porque a título de herança “recolheram junto com o patrimônio todas as clientelas hereditárias de sua estirpe” (VEYNE, 2009, p. 77). Mulheres fortes, ainda que não estivessem felizes com o modo como o marido administrava suas vidas, seguiam-no no exílio e até no suicídio. Eram mulheres completamente capazes de tomar o protagonismo dos negócios do marido.

O principal propósito do casamento no Império Romano dos séculos II e III d.C. era a produção de herdeiros legítimos que, por sua vez, já nasciam com o status de cidadãos romanos, fator que fortalecia os laços familiares das elites. A historiadora Mary Beard (BEARD, 2020) nos fala sobre a mulher ser uma administradora do lar, contudo, já vimos anteriormente que o lar romano era um forte afluyente de poder social e político e, logo, podemos concluir que o propósito da mulher enquanto guardiã do lar era maior do que o imaginado.

A vida das matronas romanas era sempre associada aos valores tradicionais femininos do Império: castidade, humildade, austeridade e, principalmente, devoção aos

filhos e ao marido. As garotas romanas (jovens matronas) se casavam muito cedo, com aproximadamente 12 anos, porque era essa a idade mínima permitida pela lei romana. As garotas mais velhas costumavam se casar em um prazo maior, 20 anos. O casamento é um momento de transição na cultura romana.

O casamento era uma grande transição na vida de uma garota da classe alta, transformando-a, de forma bastante abrupta, de menina em matrona; como símbolo desta transição, ela dedicou suas bonecas e outros brinquedos a Vênus ou aos deuses domésticos na véspera de seu casamento. Como em Roma praticamente todas as mulheres se casavam, as meninas da classe alta invariavelmente tornavam-se matronas. O casamento de uma menina era arranjado pelos pais, às vezes em conjunto com outros parentes (HEMELRIJK, 1999, p. 9).

A definição de Rute Salviano Almeida (ALMEIDA, 2021) para o casamento romano é muito interessante. Em sua interpretação: “a concepção romana do casamento era de absoluta originalidade. O matrimônio era um estado de direito criado por ato privado” (ALMEIDA, 2021, p.78). O resultado dependia do homem, se o esposo fosse contra o casamento ele não acontecia. “A diferença entre o casamento e outras formas de união estava na vontade dos cônjuges, que desejavam contratar uma união estável, associando a esposa à dignidade do marido e de seu meio social” (ALMEIDA, 2021, p. 78).

O ato de se casar representava uma transformação na mulher, pois ela se tornava uma dona de casa e incorporava o espírito de mãe. Ela assumia um papel de “*liberorum procreandorum causa*”⁷, não uma fecundidade esperada, mas uma alusão à legitimidade das crianças. Nesse ponto, apenas o casamento podia proporcionar isso. Esta é de certa forma uma afirmação muito forte: “Impossível ser feliz com as mulheres, sendo elas necessárias apenas para a propagação da espécie” (ALMEIDA, 2021, p. 79).

As mulheres deixavam o seu papel de inferioridade na família do pai, para assumir um papel de inferioridade na família do marido. Dessa forma, o marido tinha um papel de tutor para com sua esposa. Logo no começo do século isso irá se transformar, uma vez que serão promulgadas leis para libertar as mulheres desse ciclo de inferioridade e assim aumentar seus direitos e responsabilidades. Mas tudo isso está ligado ao número de filhos que a mulher viesse a ter.

⁷ *Liberiorum procreandorum causa*, era uma expressão que indicava a procriação como principal finalidade do matrimônio. Era utilizado para indicar a mulher que vivia para gerar filhos e respectivamente cuidar deles.

Além da propagação da espécie, o casamento era utilizado pelos romanos como meio de transmitir propriedade e riqueza. Em alguns casamentos, a moça e todos seus bens passavam completamente para o controle do marido. Os homens acreditavam que as mulheres necessitavam da experiência e autoridade masculinas para cuidarem delas e dos seus interesses (ALMEIDA, 2021, p. 80).

O imperador Augusto foi um fiel apoiador da natalidade romana. Uma de suas principais leis determinava que a mulher livre que tivesse três filhos não precisaria mais de um guardião. Esse foi um marco para as mulheres do Império, pois elas começaram a tomar suas próprias decisões, sem a necessidade de serem mediadas pelos maridos. Através desta análise, fomos capazes de entender quais eram os papéis da mulher e do homem dentro da instituição chamada casamento, assim como suas funções sociais e políticas.

Mulheres casadas e, potencialmente, mães, as matronas ocupavam uma posição de autoridade dentro do lar. O casamento lhes concedia total direito de participar da vida social, acompanhando seus maridos e participando de todas as atividades e eventos sociais. Era esperado que uma esposa romana também fosse uma ótima anfitriã. Por trás das cortinas, a mulher se via pouco a pouco sendo envolvida nos negócios e carreira política de seu marido. Este é um dos pontos que nos leva a crer que a participação das matronas no processo de expansão do cristianismo é bem maior do que imaginávamos. As mulheres da elite romana aprendiam através de seus maridos e de sua experiência no lar, assim como o exercício do poder e da influência. No caso de se tornar viúva, uma matrona tinha o preparo necessário para gerenciar suas posses e fortuna de acordo com a sua vontade. Mas entre esses dois extremos, marido e experiência, como ocorria o diálogo entre homem e mulher? Era uma relação harmoniosa ou havia atritos entre eles?

1.6 – AS RELAÇÕES ENTRE MULHERES E HOMENS, DENTRO E FORA DO LAR

A vida dos jovens era significativamente diferente antes do casamento. Ao analisarmos os conceitos “homem/cidadão” e “mulher/cidadã” no Império Romano dos séculos II e III d.C., por mais “romântico” que seja falar sobre o casamento romano, na prática não era assim. As relações entre homem e mulher dentro do lar se desenrolavam de forma muito ambígua. O interessante é pensar como era a moral vigente nas diferentes

épocas. Esse código moral exigia que o marido considerasse a mulher com igualdade, por mais que ele não pensasse dessa forma. Nas palavras de Paul Veyne:

Voltemos, pois, aos homens livres. Entre eles alguns nasceram livres das justas nupciais de um cidadão e uma cidadã; outros são bastardos nascidos de uma cidadã; outros ainda nasceram escravos, mas foram libertados: nenhum deles é menos cidadão e todos podem recorrer à instituição cívica do casamento (VEYNE, 2009, p. 43).

No século I a.C., era considerado cidadão aquele que estava em dia com seus deveres cívicos. Já nos séculos II e III d.C., ser cidadão era aquele considerado um bom pai e marido (oficialmente respeitar sua mulher). Como bem coloca Paul Veyne: “Em outros termos, chegou um momento em que se interiorizou numa moral essa instituição cívica e doméstica que era o casamento monogâmico” (VEYNE, 2009, p. 46). Para Michel Foucault:

O papel dos homens, dos machos, muda quando o Império sucede a República e as cidades gregas independentes; os membros da classe dirigente, cidadãos militantes que eram, tornam-se notáveis locais e fiéis súditos do imperador. O ideal greco-romano de autodomínio, de autonomia, estava ligado à vontade de exercer também um poder sobre a vida pública tornam-se notáveis locais e fiéis súditos do imperador (VEYNE, 2009, p. 46).

No imaginário do mundo greco-romano existia um ideal muito forte de autodomínio e autonomia. O que isso significa? Existia no homem o desejo de obter poder sobre a vida pública. Isso gerava um atrito com as mulheres vindas da elite romana, pois elas também tinham como campo de atuação a vida pública, por mais que a sociedade romana lhes impusesse o papel de genitora e dona do lar.

No Império Romano, o ideal de soberania sobre si deixa de ser uma verdade cívica e se torna um fim. “A autonomia proporciona a tranquilidade interior e a independência em relação à fortuna e ao poder imperial” (VEYNE, 2009, p. 46). Primeiro a moral cívica, depois a moral do casal. A moral cívica afirmava o seguinte ponto: “Casar é um dos deveres do cidadão”. Ela não questiona a fundamentação das normas, não impõe as justas núpcias ou a geração de filhos regularmente, deve-se obedecer e casar. Já a moral do casal era fundamentada no seguinte ponto: “Quem quer ser um homem de bem só deve fazer amor para ter filhos; o estado do casamento não serve aos prazeres venéreos” (VEYNE, 2009, p. 47). Essa moral menos militarista procura o embasamento das instituições, ultrapassando o dever de gerar filhos, fazendo com que o marido e a mulher vivam juntos até a morte, fundamentando um longo laço

de amizade e afeição entre o casal.

Resumindo, no espectro da moral cívica a esposa não passava de um objeto com a função de gerar filhos ao chefe da família (*pater familias*). O intuito era aumentar seu patrimônio. Na moral do casal, a mulher se torna amiga e companheira do homem para o resto da vida. Como foi dito anteriormente, a moral do casal é “romantizada” na maioria das vezes, uma vez que a relação não funcionava dessa forma. As mulheres tiveram de aprender com seus maridos a forma de impor sua presença e posição nos cenários sociais e políticos.

1.7 – OS ESPAÇOS DE PODER DA MULHER ROMANA NO IMPÉRIO

O principal espaço onde a mulher exercia sua influência e poder era no lar. Mas então qual a importância do lar no sistema social e político romano? A princípio, parece que o papel das mulheres na manutenção do lar é algo corriqueiro e sem importância. Mas estamos enganados, pois “a casa exerce um poder material e moral sobre os que a compõem e sob os que a cercam; ora, na mente de todos, seu poder sobre esse pequeno círculo a qualifica também como membro da classe que governa cada cidade ou até o Império todo” (VEYNE, 2009, p. 91). Essa regra também vale para o cenário político. Ser rico e exercer autoridade em um pequeno círculo garantia espaço no campo político. Podemos observar com maior nitidez essa disparidade de poderes entre homens e mulheres a partir da implantação do Principado⁸ em Roma.

O Principado trouxe consigo, entre outros efeitos notáveis, uma presença feminina mais acentuada nos assuntos públicos, embora de uma forma indireta e, evidentemente, integrando somente algumas mulheres vinculadas à *domus Caesarum*. O poder se concentrava nas mãos dos homens, mas a atenção também se fixava em suas esposas, que apareciam no trono junto aos príncipes (GONÇALVES, 2014, p. 325).

Segundo Ana Teresa Marques Gonçalves (GONÇALVES, 2014) é possível pressupor que a imperatriz Livia, segunda esposa do imperador Otávio Augusto, foi responsável por construir para si uma imagem de matrona exemplar durante sua vida. “Dando o tom de atuação do que seria o papel assumido por várias outras imperatrizes ao longo do principado. Por meio de vários suportes, divulgava-se a imagem da boa esposa

⁸ O Principado Romano foi uma fase convencionada pelos historiadores para designar o Império Romano desde 27 a.C., quando o senado investiu Otaviano – o futuro Augusto – no poder supremo com a denominação de príncipe, até 285 d.C., quando se iniciou o *dominato* por Diocleciano.

e do modelo de matrimônio digno de ser imitado” (GONÇALVES, 2014, p. 326). A participação das mulheres no ambiente político acontecia da seguinte forma: A imperatriz Livia, mesmo sem ter uma designação oficial definida até o fim do principado, assumiu um papel público de relevância. Acompanhava o imperador Otávio Augusto em diversas solenidades, recepcionava senadores, organizava audiências no Palácio e, muitas vezes, atuava como a confidente política mais próxima do soberano. As matronas representavam na política um papel ativo, contrastando com as antigas tradições do período republicano.

Ao menos no que se vinculava às funções públicas assumidas pelas mulheres. Apesar de muitas vezes assumirem a imagem de matronas, respeitando as tradições romanas, as mulheres da casa imperial, em várias oportunidades, souberam aproveitar os privilégios que a proximidade com o centro do poder lhes garantia (GONÇALVES, 2014, p. 326).

Para desenvolver esse tipo de proximidade com o centro do poder, o Palácio de uma matrona se tornou algo primordial. Ele era um espaço tanto público quanto privado. Era público porque servia de moradia ao chefe político, o *pater familias*. E privado porque nele residiam os demais membros da família. O espaço da casa conhecido como “domus”, sempre foi um espaço feminino. A esfera privada era das mulheres, mesmo com toda a dificuldade de se separar o público do privado, “no que concerne à utilização do espaço do Palácio lhes facultava e possibilitava uma presença ativa nos assuntos ligados ao gerenciamento do Império” (GONÇALVES, 2014, p. 326). Essa forma de organização social se tornava propícia para que as mulheres da elite se integrassem à sociedade e à política. Dessa forma, podemos concluir que no período imperial, houve uma forte inserção de mulheres ligadas a governantes nos centros de ação política, talvez até mais que no período republicano.

1.8 – DISCURSO CRISTÃO PRIMITIVO SOBRE AS MULHERES

Ao analisar os Atos de Pedro, percebemos uma série de normas e regras direcionadas as mulheres através da representação das matronas no texto. Regras rigorosas que abrangiam desde comportamentos sociais até às práticas religiosas dos cristãos. Existia um forte rigor nas questões relacionadas ao corpo, renúncia sexual e virgindade. A partir deste ponto surgem novas percepções corporais: a abstinência sexual absoluta, o jejum e a flagelação do corpo.

Quando falamos sobre o campo das representações é impossível não citar Roger Chartier (CHARTIER, 1988) e Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989), ambos se dedicaram a teorizar este conceito e explorar as novas ferramentas de análise que surgiram a partir dele nas Ciências Humanas. Para Chartier e Bourdieu, as representações são construções sociais das experiências históricas, onde indivíduos e grupos depositam suas percepções de mundo. “As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais” (ALEX, CARVALHO, 2005, p. 149).

Como observamos até agora, havia uma numerosa quantidade de mulheres envolvidas com a igreja cristã primitiva e o círculo paulino. Esses dados nos mostram certa inconsistência de status ao mesmo tempo que “havia mulheres que dirigiam casas, que mantinham negócios e possuíam riqueza independente, que viajavam com seus próprios escravos e auxiliares” (MEEKS, 2011, p. 161). Havia mulheres casadas que se converteram ao cristianismo sem o consentimento dos maridos, fator que podia levar ao processo de divórcio.

A submissão das mulheres dentro da ordem familiar era ensinada na parênese das comunidades paulinas e foi reforçada nas epístolas escritas às igrejas da Ásia por discípulos de Paulo (C1 3,18; Ef5,22-24). No século II os papéis das mulheres ainda eram alvo de controvérsia entre os que escreviam relatos de ficção apelando para a autoridade de Paulo (MEEKS, 2011, p. 162).

Entre os textos apócrifos temos os Atos Apócrifos de Paulo e Tecla. Tecla é uma virgem de Icônio⁹ que, nas vésperas de seu casamento foi conquistada pela pregação de Paulo e convidada a fazer parte do cristianismo celibatário. “Depois de confundir miraculosamente as autoridades (masculinas) que tentam silenciá-la, mas apoiada pelas mulheres da cidade e salva certa ocasião por uma leoa, ela própria se batiza” (MEEKS, 2011, p. 162). Tecla então corta seus cabelos bem curto, começa a se vestir como homem e a acompanhar Paulo como apóstolo itinerante. Porém, o autor das epístolas pastorais vai rejeitar o ascetismo demonstrado por Tecla.

⁹ Icônio é uma cidade da Turquia situada na região de Anatólia Central, capital da área metropolitana e da província de Cônia. Depois da queda do Império hitita no século XIII a.C., a cidade esteve sob o domínio de frígios, licônios, capadócijs e gálatas. Durante o domínio romano, ficou localizada no sul da província romana da Galácia.

Todo e qualquer ensinamento transmitido por mulheres (1Tm 2,9-15; 4,3), com exceção para as mulheres mais idosas que deveriam tornar-se “boas mestras”, instruindo as mulheres mais jovens de modo que se tornassem boas esposas e mães, sempre submissas aos maridos (Tt 2,3-5) (MEEKS, 2011, p. 162-163).

Como sabemos, esses documentos do século II d.C. não oferecem consistência de provas quanto à descrição e constituição social do cristianismo paulino. Mas seu valor reside em nos mostrar a variedade e a força que ia contra a instabilidade de status, assim como a violação de convenções sociais de uma determinada espécie.

Wayne A. Meeks (MEEKS, 2011) mostra a existência de mulheres que desempenhavam papéis iguais aos dos homens dentro do cristianismo, exercendo funções carismáticas – como oração e profecia na assembleia, entre outras – e colaborando com Paulo nas funções de evangelistas e mestras. Existem ressalvas quanto à relação entre homens e mulheres dentro da igreja cristã primitiva; esta é uma situação um pouco mais complexa.

Atualmente, sabemos que as mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores da sociedade romana tiveram uma participação muito importante na jornada de Jesus. “Elas o acolheram, como Maria e Marta; conversaram com ele, como a samaritana; o ungiram com óleo como a pecadora; o serviram com os seus bens; seguiram-no até a cruz e foram testemunhas de sua ressurreição” (ALMEIDA, 2021, p. 93). Nas epístolas de Paulo podemos observar como as mulheres se mantiveram firmes no propósito cristão, levando os ensinamentos de Jesus de cidade em cidade; “Lídia, em Filipos; Priscila, em Corinto e Éfeso; Febe, diaconisa de Cenchrea etc” (ALMEIDA, 2021, p. 93). Quando consultamos as fontes neotestamentárias, percebemos a presença de muitas mulheres que seguiram Jesus e Paulo e contribuíram para o crescimento do cristianismo.

Há a presença de um movimento feminino subterrâneo: mulheres profetisas, mulheres que se dedicaram à construção da Igreja cristã, seja por meio do patronato ou de viagens missionárias. Apesar disso, desconhece-se alguma que tenha exercido uma liderança “oficial” no movimento cristão, ou uma posição ativa nas comunidades, ou, ainda, alguma obra desse período reconhecidamente de autoria feminina (SIQUEIRA, 2014, p. 372).

As comunidades cristãs permitiam que as mulheres se enxergassem parte de um todo, mesmo que a inferioridade de gênero se fizesse presente na sociedade de diversas formas, como por exemplo na narrativa do evangelho sinótico de Lucas. Quando um grupo de mulheres formado por Maria Madalena, Joana e Maria, mãe de Tiago encontram o

túmulo de Jesus vazio e, correm para declarar aos apóstolos a ressurreição de Cristo, o seguinte fato ocorre:

Ao voltarem do túmulo, anunciaram tudo isso aos onze, bem como a todos os outros. Eram Maria Madalena, Joana e Maria, mãe de Tiago. As outras mulheres que estavam com elas disseram-no também aos apóstolos; essas palavras, porém, lhes pareceram desvario, e não lhes deram crédito (LUCAS, 24:9).

Os apóstolos não lhes dão nem mesmo o benefício da dúvida. Para eles, as mulheres não eram sequer dignas de confiança. Lembrando que estamos falando sobre os apóstolos de Jesus. Como podemos perceber, as mulheres eram tratadas como inferiores até mesmo por eles.

A definição do ser mulher em Roma era baseada em sua inferioridade social e familiar, pois ela não tinha direito sequer a uma identidade individual. Nos recenseamentos só eram contabilizadas as mulheres herdeiras e foi somente no terceiro século depois de Cristo que Diocleciano ordenou, por razões fiscais, que fossem contadas (ALMEIDA, 2021, p. 75).

Mesmo após a crucificação e ressurreição de Jesus, elas continuaram firmes na sua fé. “O cristianismo dos primórdios é apresentado como uma religião de mulheres, porque elas representavam a maioria dos membros” (ALMEIDA, 2021, p. 94). O cristianismo não é uma religião de mulheres por representar a igualdade entre os gêneros, mas sim pela maioria de seus membros serem do sexo feminino. Porém, por mais que o evangelho trouxesse essa ideia de igualdade, este conceito estava diretamente ligado ao status social.

Foi o testemunho de fé das mulheres que mantiveram viva a memória cristã em meio às perseguições, assim como o trabalho realizado por elas nas primeiras comunidades cristãs. “Com elas, as congregações passaram a receber também muitas crianças” (ALMEIDA, 2021, p. 94). O apóstolo Paulo conheceu Lídia, Priscila e Febe e, em suas epístolas, é possível observar o papel essencial que as mulheres dos níveis socioeconômicos inferiores tiveram em prol do cristianismo

Lídia persuadiu Paulo a usar sua casa como base enquanto ficasse em Filipos (At 16,15). Supomos, portanto, que sua casa foi onde os cristãos se reunirão pela primeira vez. Ela pôde, portanto, participar da evangelização de Filipos. Provavelmente outras mulheres também o faziam (O’CONNOR, 2010, p. 88).

Filipos¹⁰ foi a primeira cidade onde Paulo encontrou mulheres com tamanha disposição e fé pela disseminação do evangelho. Ele menciona outras duas mulheres em suas epístolas, Evódia e Síntique. Junto a Paulo, Clemente e outros colaboradores, as mulheres se empenharam com atitude no processo de evangelização guiado por Paulo. Evódia e Síntique foram líderes de comunidades domésticas em Filipos. Entre as comunidades cristãs que fundou, ele nunca demonstrou gostar mais de uma comunidade do que de outra. No entanto, Filipos era certamente a que mais se assemelhava ao projeto de igreja que ele tinha em mente, ocupando assim um espaço especial em seu coração.

A qualidade da vida comunitária em Filipos e a intensidade de seu relacionamento com Paulo mostram que ele os evangelizou por mais de um ano – isto é, desde o fim do verão de 48 d.C. até mais ou menos o fim do verão seguinte. Se tinha a intenção de ficar mais tempo, o que parece improvável, essa decisão escapou-lhe das mãos (O’CONNOR, 2010, p. 90).

O Império Romano era patriarcal e o homem era entendido como superior à mulher. No que concerne a esse assunto, o cristianismo ia contra o patriarcalismo romano. Para O’Connor (O’CONNOR, 2007), “não era necessário justificar a outros cristãos esse repúdio radical do ethos¹¹ _patriarcal no mundo em que se exercia seu ministério. Devia ficar claro para os crentes que tinham entrado em um novo mundo” (O’CONNOR, 2010, p. 89). Mas será mesmo que o cristianismo condenava com tanta veemência o patriarcalismo romano? As mulheres atuantes como ministras na evangelização de Paulo não tinham autonomia própria, suas ações eram guiadas por ele.

É um fato que no período de 70 a 140 d.C., o cristianismo se desenvolve de formas variadas conforme as regiões que alcança. Surgiram igrejas aramaicas, sírias, asiáticas e romanas. Isso comprova o caráter multicultural da igreja cristã primitiva. Como nos mostra Silvia Márcia Alves Siqueira (SIQUEIRA, 2014), alguns destes grupos

reconheciam as mulheres como profetisas e mestras. Apesar disso, a comunidade cristã sedimentou-se numa organização de estrutura acentuadamente hierárquica. Firmou-se na autoridade dos bispos, que se reuniam em sínodos regionais e que envidavam esforços na

¹⁰ Filipos foi uma cidade importante do Império Romano, considerada uma porta de entrada da Europa em relação aos visitantes provenientes da Ásia. Era localizada ao leste da antiga província da Macedônia, a 13 km do mar Egeu, no topo de uma colina. Seus cidadãos tinham cidadania romana e possuíam inclusive direitos de propriedade equivalentes aos de uma terra em solo italiano. Os oficiais políticos eram descendentes dos soldados romanos, o que reforçava ainda mais o caráter latino da cidade, refletindo também seu pensamento e religião.

¹¹ O termo "ethos" tem origem na Grécia Antiga e é frequentemente utilizado em diferentes contextos para se referir a diferentes conceitos: ética/caráter, cultura/valores, discurso/identidade, caráter moral/ética profissional. Ethos é um termo rico e multifacetado que aborda questões de caráter moral, valores culturais, identidade comunicativa e ética profissional, dependendo do contexto em que é utilizado.

organização da religião cristã e na erradicação de ideias diferentes daquelas consideradas as mais corretas (SIQUEIRA, 2014, p. 373).

Por mais que houvesse um reconhecimento de Paulo a Lídia, Priscila e Febe, o que certamente tornou-se uma expressão de coragem para elas, o fato é que elas eram subordinadas a ele.

1.9 – AS MULHERES CRISTÃS SÃO DOS GRUPOS SUBALTERNOS, MAS AS MATRONAS OCUPAM A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA

As matronas são figuras sublimes, desempenharam papéis significativos de várias formas no Império Romano. Suas representações variam, carregando traços culturais e históricos, ecoando através dos livros apócrifos e demais documentos históricos da antiguidade. Como já foi dito aqui, as matronas eram mulheres da elite romana, elas tinham destaque na sociedade, eram respeitadas e influentes. Também desempenhavam importante papel na transmissão de valores culturais.

Nos séculos II e III d.C. as matronas foram frequentemente retratadas nos apócrifos. Essa frequência se deve ao fato de que a elite detinha um importante papel na história romana. As matronas exerceram influência na política, na economia e na cultura. Foram pouco documentadas nos registros porque muitas vezes eram sub-representadas.

As mulheres são e foram peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização. Também dividiram com os homens a preservação da memória coletiva, que dá forma ao passado, tornando-o tradição cultural, fornece o elo entre gerações e conecta passado e futuro (LERNER, 2013, p. 24).

Segundo Gerda Lerner (LERNER, 2013), o patriarcado não é uma característica essencial da natureza humana. O controle masculino sobre as mulheres, desempenhou um papel fundamental na perpetuação do patriarcado romano. Ele é uma construção histórica e social que ocorre através do tempo. O papel de subordinadas, conferido às mulheres, estabeleceu-se e justificou-se por meio de instituições sociais, culturais e religiosas. “As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade” (LERNER, 2013, p. 6).

O imaginário humano é moldado por uma enorme gama de influências: experiências narrativas culturais e a formação da nossa compreensão de mundo. Podemos entendê-lo como um produto da nossa imaginação, ele é um conjunto de imagens, ideias,

crenças e narrativas. Esse conjunto todo povoa nossa mente e influencia nossas percepções e ações.

Como nos mostra Emile Durkheim (DURKHEIM, 2008), consciência coletiva, crenças, valores e rituais compartilhados são elementos que nos unem enquanto grupo ou sociedade. A religião não se resume ao ato de acreditar individualmente, mas coletivamente, reforçando o sentimento de pertencimento e a moral da sociedade.

As matronas se destacam nos documentos históricos, como os Atos Apócrifos de Pedro, por dois motivos: 1º) o domínio da intelectualidade pertencia às elites, a história era produzida por elas e para elas. Nessa história das elites eram anexados elementos do seu mundo particular, suas projeções, desejos e vontades; 2º) a presença das matronas nos documentos históricos é uma idealização literária construída sobre a imagem das mulheres dos grupos socioeconômicos superiores romanos. Essas representações se tornavam exemplos para as demais mulheres do Império Romano.

São profundas as implicações sociais causadas pelo imaginário, ele influencia até mesmo nossas interações sociais, nossas instituições políticas e estruturas de poder. As representações estereotipadas das matronas reforçam a moral cristã dos apócrifos, gerando resistência às perseguições e engajamento no seu próprio movimento.

1.10 – O CASAMENTO E SUAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NO CRISTIANISMO PRIMITIVO

Não é possível apontar com precisão o que Paulo pensava sobre o casamento e o divórcio, os documentos que temos atualmente são conflitantes. Nas sete cartas utilizadas no livro *“Paulo no Mundo Greco-Romano – Um Compêndio”* organizado por J. Paul Sampley (SAMPLEY, 2008), existem apenas quatro referências ao casamento e ao divórcio: Rm 7,1-6; 1Cor 7 e 9,5; e 2Cor 11,2-4. “Nenhuma delas é uma apresentação sistemática do pensamento paulino. Com efeito, apenas 1Cor trata expressamente do casamento, enquanto as outras passagens fazem referência a ele enquanto Paulo trata de outros temas” (YARBROUGH, 2008, p. 364). Para uma análise que possa suprir nossos objetivos, iremos mostrar dois casais citados por Paulo: Priscila e Áquila, e Andrônico e Júnia. O casal mais notável nas menções de Paulo são: Priscila e Áquila. Por sua longa relação com Paulo, é possível identificá-los com precisão.

Duas vezes Paulo menciona Priscila e Áquila na seção final de suas cartas. Em 1Cor 16,9 manda as saudações deles à igreja em Corinto; em Rm 16,3-5 manda suas saudações a eles em Roma. Em ambos os casos, Paulo faz referência à “igreja na casa deles”, dando a entender que eles estão entre os mais abastados dos seus associados” (YARBROUGH, 2008, p. 364).

Observamos que Paulo se refere a Priscila e Áquila como “colaboradores” em Rm 16. Este é “o mesmo termo que usa para apresentar membros proeminentes da sua missão com Timóteo e Tito” (YARBROUGH, 2008, p. 365). Esse fato significa que Priscila e Áquila formavam um casal, ambos dedicados a missão paulina, e provavelmente atuavam em Roma nas preparações para a visita do próprio Paulo. Existe também a possibilidade de Priscila e Áquila terem ajudado na preparação da viagem de Paulo a Jerusalém.

Foi possível averiguar que Andrônico e Júnias eram um casal ligado às igrejas domésticas romanas. “O modo como Paulo liga seus nomes e os apresenta juntos como faz com Priscila e Áquila certamente sugere que eram marido e mulher” (YARBROUGH, 2008, p. 365). E o mais interessante, segundo o testemunho das cartas de Paulo, é poder saber tanto sobre eles quanto sobre Priscila e Áquila.

Paulo cumprimenta Andrônico e Júnias como “parentes” e “companheiros de prisão”. “Ao que parece, pois, Andrônico e Júnias eram judeus cristãos que em certo momento o encontraram, se associaram a ele e estiveram presos com Paulo no decurso de sua missão” (YARBROUGH, 2008, p. 365). Paulo não se direciona a eles como hospedeiros de uma igreja doméstica. Uma hipótese seria que não tivessem o mesmo status social e econômico de Priscila e Áquila. Mas o fato que chama a atenção é que a estima de Paulo por Andrônico e Júnias não parece ser de forma alguma menor.

Paulo se refere a eles como “apóstolos exímios”, por mais que não haja explicação alguma, isso nos leva a refletir que “devem ter feito alguma coisa para justificar a detenção e a prisão. Paulo com certeza supôs que as igrejas romanas já conheciam a história deles, como sabiam a de Priscila e Áquila (YARBROUGH, 2008, p. 365). Os dois casais que citamos, foram ativamente engajados na causa paulina. Um deles arriscou sua cabeça por ele, enquanto o outro esteve junto dele no sofrimento da prisão.

1.11 – AS MULHERES E A PERSEGUIÇÃO AOS CRISTÃOS

Víbia Perpétua foi uma matrona local da cidade de Cartago. Ela se converteu ao

cristianismo dos primórdios e deu voz aos evangelizadores para que ocorresse o processo de disseminação cristã na sua região. Ela viria a se tornar a voz do cristianismo nos espaços de poder da elite local. Perpétua era uma mulher de 22 anos quando foi executada no anfiteatro de Cartago. Vinha de uma família nobre, era casada e estava amamentando seu filho na época em que foi morta. Perpétua entregou sua vida diante de trinta mil pessoas. Ela foi “presa por causa da fé e atirada às feras em 203 d.C.” (LITFIN, 2019, p. 109).

Por pertencer à aristocracia, Perpétua sabia ler e escrever, fatores que colaboraram para que sua história se disseminasse. Ela escreveu um diário na prisão, que viria a ser muito estimado pelas próximas gerações, além de copiado e resignificado por diversas mãos. Atualmente, temos o texto escrito em latim, preservado em nove manuscritos medievais.

A cidade de Cartago era tão antiga quanto Roma e tinha sido fundada por exploradores marítimos da longínqua Fenícia mais ou menos na mesma época que os pastores começavam a colonizar as sete colinas de Roma. Quando o poderio dos romanos cresceu, eles logo passaram a considerar Cartago uma de suas principais rivais. Roma acabou por derrotar e arrasar Cartago nas Guerras Púnicas. A cidade permaneceu abandonada por décadas, até que César Augusto decidiu devolver-lhe a antiga glória (LITFIN, 2019, p. 109).

É difícil imaginar o mundo em que Perpétua viveu. As primeiras gerações de cristãos enfrentaram dois problemas principais: 1º) a inexistência de escrituras e o fato que a maioria dos cristãos tinham nascido judeus. Eles eram poucos milhares de desorganizados; 2º) organizar os grupos cristãos. Nas cartas de Paulo sobre suas viagens, ele relata as tentativas de organizar os cristãos, mantendo contato e buscando conservar a pouca coesão que tinham. “Só poderemos entender Perpétua de forma adequada quando percebermos o quanto ela renunciou quando entregou a própria vida diante de trinta mil espectadores” (LITFIN, 2019, p. 109).

Não somos capazes de saber toda sua biografia, mas podemos afirmar que Perpétua vinha de uma família nobre, era casada e estava amamentando um filho quando foi castigada e morta. Mas é importante lembrar que Perpétua não caminhou para a morte sozinha, junto dela estava um grupo de companheiros e, em especial, sua escrava grávida, Felicidade. Essas mulheres foram reverenciadas além do normal, por causa de sua fé. Seus martírios envolveram serem pisoteadas por uma vaca feroz. A vaca leiteira simbolizava o aleitamento materno, era um modo de dizer que Perpétua e Felicidade haviam renunciado a maternidade, dando significado à comparação com a

vaca selvagem. Foi um irônico sinal de escárnio, posto que abandonar a maternidade era incompreensível para a sensibilidade romana. É o clamor do povo que desperta o interesse do imperador Vespasiano. Devido à sua personalidade ambiciosa e latente orgulho, busca rivalizar com a fama de Augusto. No segundo ano de seu governo em 72 d.C., ele inicia a construção do Coliseu. Vespasiano morre antes de ver a obra terminada e quem a finaliza é o imperador Domiciano. Para os cristãos, gladiadores e escravos, o Coliseu é palco de tortura, sangue e morte.

Os jogos e as distrações que deliciavam os romanos eram espetáculos de horror, que fazem estremecer o coração. Nenhum entretenimento era popular, se não fosse acompanhado de derramamento de sangue e de perda de vida; nenhum drama simulado seria aplaudido nesse templo das Fúrias. Os divertimentos do Coliseu compõem as páginas mais negras nos registros do passado (REILLY, 2022, p. 25).

O imperador Nero permanece no poder por cinco anos, seu ato final como imperador de Roma foi incendiar a cidade, deixando-a ser consumida pelo fogo e as pessoas encontrando a morte pela fumaça ou soterradas nos escombros. “Essa terrível conflagração durou nove dias. Ao descobrir que sua conduta fora muito condenada e um forte ódio fora lançado sobre ele, Nero determinou-se a culpar os cristãos, enquanto eximia-se de toda responsabilidade” (FOXÉ, 2021, p. 25).

Roma fica em ruínas, a cidade é completamente incendiada. Nero defende arduamente que a culpa daquele caos é dos cristãos. “Esse monstro, cujo nome é associado a tudo o que é cruel e impiedoso, foi o primeiro imperador romano a decretar a perseguição” aos cristãos (REILLY, 2022, p. 37). Nero mal promulga o decreto e as pessoas enraivecidas iniciam sua caça aos cristãos. Rapidamente o decreto se torna conhecido em cada província e cidade do Império. A humanidade deixa o corpo das pessoas, elas se convertem em delatores e executores, cometendo atrocidades até mesmo contra membros da própria família.

Com este capítulo, concluímos que o papel das mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores do Império Romano era destinado a dedicar-se ao marido, gerar filhos para dar continuidade à próxima geração da família, administrar o lar e contribuir com a renda da casa por meio de trabalhos como fiadeira e tecelã. A sociedade romana era opressora para com essas mulheres. As mulheres dos grupos socioeconômicos superiores também sofriam com a pressão de gerarem filhos, além de todas as consequências caso não fossem capazes. Por outro lado, nos espaços sociais e políticos,

elas eram portadoras de um enorme poder e influência. Emanar o poder igual uma matrona exigia forte argumentação e retórica.

O processo educacional romano era composto por três fases. As mulheres, mesmo aquelas pertencentes aos grupos socioeconômicos superiores, eram muitas vezes excluídas da segunda fase; a terceira fase era praticamente destinada apenas aos homens. A educação das mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores era inexistente. Desde pequenas elas aprendiam com seus pais apenas os afazeres da casa. A primeira fase para as mulheres dos grupos socioeconômicos superiores tinha início aos 7 anos de idade. A segunda fase ia até os 12 anos de idade, momento em que as garotas se tornavam aptas a casar.

Junto com o casamento vinha a constituição do lar. O lar romano tinha uma configuração muito específica, sua estrutura social e política lhe transformava em um espaço de poder. Quando uma mulher da elite romana se casava com um homem também pertencente a um grupo socioeconômico superior, ela se tornava administradora de um lar onde circulavam pessoas da classe romana mais alta. Logo, ela passa a ter nas mãos um alto poder de influência. O casamento transformava a mulher, pois nela era incorporado o espírito de mãe. Uma mulher casada, e potencialmente mãe, passava a ocupar um local de autoridade no lar, ganhando o direito de acompanhar o marido e de participar das atividades e de eventos sociais.

No sistema social e político romano, o lar era o principal espaço de poder onde as mulheres romanas dos grupos socioeconômicos superiores exerciam sua influência. A riqueza e a autoridade das mulheres dentro do lar lhes garantiam espaço no campo político. Mas para atingir essa proximidade com o poder, foi necessário que seu lar se tornasse sua própria fortaleza. Ele passa a ser um espaço público e privado. Público porque servia de moradia ao chefe da família; privado porque era reservado às mulheres, seu espaço particular. Essa organização propiciava às mulheres uma aproximação com a política.

Existia uma dualidade no relacionamento entre as mulheres e a igreja cristã primitiva. Desde o século II d.C., já era possível encontrar comunidades cristãs em diferentes regiões do Império Romano. Elas não tinham coesão ideológica sistematizada entre si, cada uma tinha sua própria interpretação sobre os textos cristológicos, resultando em um particular código de conduta. A maioria das mulheres envolvidas com o

cristianismo dos primórdios, vinha das camadas inferiores do Império Romano. Eram mulheres sem estudo, a procura de sobrevivência. Ao mesmo tempo existiam também mulheres que administravam a casa, os negócios, e que possuíam sua própria riqueza, escravos e auxiliares. Havia também as mulheres casadas, convertidas em segredo, sem a permissão dos maridos.

Infelizmente, os apócrifos provenientes do século II d.C. não oferecem consistência de provas ou detalhes para que possamos fazer afirmações sobre a constituição social do cristianismo paulino. Os apócrifos possuem valor em demonstrar como a variedade e a força iam contra a instabilidade de status, bem como a violação das convenções sociais de um grupo. O grande trunfo das comunidades cristãs era permitir que as mulheres se sentissem parte do grupo.

II – CRISTIANISMO PRIMITIVO: O CASO DOS ATOS DE PEDRO

2.0 – TEXTOS APÓCRIFOS: SUA HISTORIOGRAFIA E COMPOSIÇÃO

Na igreja cristã primitiva, o cânon era de suma importância. Ele era utilizado para julgar e justificar todas as coisas. A partir daí surge o processo de canonização, que equivalia a integrar-se ao cânon. “Para os cristãos dos primeiros séculos, o adjetivo canônico significava, na prática, santo divino, sem erro importante” (MORALDI, 1999, p. 11). Em contraposição ao cânon surgem os apócrifos, ou seja, aqueles escritos que ficaram de fora do processo de canonização instituído pela igreja.

Atualmente sabemos que os Atos Apócrifos dos Apóstolos são provavelmente uma das primeiras fontes a oferecer evidências das relações entre as matronas e o cristianismo em seus primórdios. “Quem se lança à tarefa de reconstruir a história de mulheres nestas variadas ramificações do cristianismo nas origens deve encarar como desafio lidar com os textos de cunho religioso que emergiram junto com o movimento cristão ou os movimentos cristãos” (REIMER, 2022, p. 15). Os textos apócrifos surgem junto com essas comunidades cristãs originárias, “mas que, por razões teológicas, não receberam o beneplácito de texto canônico, embora igualmente expressem posições e aspirações religiosas ou teológicas no conjunto daqueles tempos originários” (REIMER, 2022, p. 15-16).

O termo apócrifo servia para designar os livros destinados a um grupo particular de leitores, iniciados em alguma corrente de pensamento. Podemos citar, como exemplo, os livros sibilinos¹², uma compilação de declarações do oráculo. Os livros que hoje chamamos de apócrifos são aqueles que eram chamados de “não canônicos”, “duvidosos”, “contestados” e “livros que não podem ser lidos na igreja”.

O último passo desse desenvolvimento semântico nos chega pela primeira vez pelo ano 360, com o art. 59 do sínodo de Laodiceia, o qual proíbe que sejam lidos na igreja salmos e livros não canônicos; os livros do Antigo e do Novo Testamento da metade do século I constituíram

¹² Os livros Sibilinos são uma compilação de declarações do oráculo comprados da Sibila de Cumas (profetisa) por Tarquínio, o Soberbo. Sibila quis vender ao imperador nove livros que continham todo o conhecimento do futuro. Ele achou alto o preço, e não quis comprar. Ela queimou três, voltou com os restantes e pediu o mesmo preço. Ele recusou, e ela queimou mais três. Voltando com os últimos, pediu, novamente, o mesmo preço. Intrigado, o imperador comprou os livros, e, ao examiná-los, lamentou todo o conhecimento irremediavelmente perdido.

um conjunto chamado cânon, termo esse que logo se tornou sinônimo de Bíblia (MORALDI, 1999, p. 12-13).

Naquele momento não havia “heresia” ou “ortodoxia”. O que havia no cristianismo primitivo eram várias formas diferentes de cristianismo competindo entre si. “Não devemos avaliar a literatura cristã primitiva apenas com base nas ideias daqueles que, no final, foram os vencedores teológicos; antes, devemos considerar todos os primeiros textos cristãos como expressões igualmente válidas de cristianismo” (KÖSTENBERGER, KRUGER, 2014, p. 139).

Os textos conhecidos como “apócrifos” são aqueles que a igreja cristã não considera como canônicos. Para os pesquisadores do cristianismo, eles são essenciais para compreender as relações sociais e culturais nos primeiros séculos do cristianismo. Os textos apócrifos nos trazem muitas informações sobre o início do cristianismo, informações que não encontramos em outras fontes. Os Atos Apócrifos de Pedro nos permitem tecer um estudo sobre as mulheres do Império Romano nos séculos II e III d.C., e nos ajudam a construir uma narrativa sobre a importância da mulher na disseminação do cristianismo em meio a elite romana.

Além disso, os textos apócrifos nos permitiram construir novas perspectivas para os estudos sobre a igreja cristã primitiva. Eles foram concebidos em diferentes regiões do mediterrâneo, cada um trazendo junto de si suas especificidades e um pouco das práticas e posturas ideológicas que permeavam a vida desses primeiros cristãos. Como destaca o teólogo e professor Paulo Nogueira (NOGUEIRA, 2016): “Eles são apenas textos do cristianismo na antiguidade que, tendo ficado fora do cânon da Igreja Imperial, foram transmitidos pelas igrejas cristãs através dos séculos e posteriormente coletados pelos pesquisadores” (NOGUEIRA, 2015, p. 22). Para que possamos falar sobre os apócrifos é necessário compreender o conceito de narratividade. Segundo detalham Bourquin e Marguerat (BOURQUIN; MARGUERAT, 2012) sobre a análise do discurso e a construção da narratividade:

A narratividade é o conjunto das características que fazem de um texto uma narrativa, diferente do discurso ou da descrição. Os traços narrativos, pelos quais se identifica um relato (digamos provisoriamente: conta-se uma história), diferenciam-se dos traços discursivos, pelos quais se identifica um discurso (que interpela diretamente o destinatário) (BOURQUIN; MARGUERAT, 2012, p. 7).

Os Atos Apócrifos de Pedro têm como função fornecer uma narrativa de origem da comunidade cristã de Roma, tendo como ápice a atuação vitoriosa de Pedro. Desta

forma, o texto tem como função a edificação das comunidades cristãs. “É difícil imaginar que uma obra deste porte, neste período, tivesse um destino privado ou doméstico. É uma comunidade cristã que o texto quer edificar” (MIRANDA, 2021, p. 12). Como podemos ver, a principal intenção do texto é edificar as comunidades cristãs dos primórdios. O texto não é simplesmente uma mensagem de fé, é algo mais profundo que um texto doutrinário, aproximando-se muito a uma novela cristã. Seu objetivo é a edificação da igreja cristã primitiva. Mais à frente iremos trabalhar esta ideia, porém, antes é necessário compreendermos como foram compostos os Atos Apócrifos de Pedro.

2.1 – A COMPOSIÇÃO DOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

Através dos Atos Apócrifos de Pedro podemos lançar luz à uma interpretação das relações de gênero e poder que envolviam as matronas e as demais mulheres do império. O que hoje conhecemos como Atos Apócrifos de Pedro vem de um códice papiráceo (PcairPetr 10759), escrito por volta do século V ou VI d.C. Esse códice foi encontrado em 1886/1887 em Akhmim (Alto Egito). Esse códice foi encontrado em 1886/1887 em Akhmim (Alto Egito), onde também foi encontrado o Apocalipse de Pedro. “O texto começa e termina em meio a uma frase, apresentando, portanto, apenas um trecho da obra original” (KLAUCK, 2007, p. 106).

Os Atos Apócrifos de Pedro ou o que os cristãos dos séculos II e III d.C. convencionaram chamar de “Evangelho de Pedro” eram utilizados como um meio para fundamentar a causa cristã. Segundo Klauck (KLAUCK, 2007), “Serapião, bispo de Antioquia, no final do século II, teria permitido à vizinha comunidade de Rhossus a leitura do evangelho sob o nome de Pedro, sem que ele mesmo o conhecesse” (KLAUCK, 2007, p. 106). Mais tarde o próprio Serapião percebe-se como representante de uma cristologia docetista¹³.

¹³ Cristologia Docetista é uma doutrina cristã do século II d.C., considerada herética pelo cristianismo dos primórdios. Antecedente do gnosticismo, acreditavam que o corpo de Jesus Cristo era uma ilusão, e que sua crucificação teria sido apenas aparente. Não existiam "docetas" enquanto seita ou religião específica, mas como uma corrente de pensamento que atravessou diversos estratos da Igreja. O docetismo acreditava que Jesus Cristo era um espectro, logo, este apesar de ter uma aparência humana, não possuía carne e nem sangue. A origem do docetismo é geralmente atribuída a correntes gnósticas para quem o mundo material era mal e corrompido e que tentavam aliar, de forma racional, a Revelação disposta nas escrituras à filosofia grega. Esta doutrina viria a ser condenada como heresia no Concílio Ecumênico de Calcedônia.

Devido ao formato muito reduzido e ao precário estado de conservação, nem sempre é possível afirmar-se, de fato, estamos diante de restos de um evangelho ou se, por exemplo, se trata apenas de um trecho de uma pregação ou de um comentário (KLAUCK, 2007, p. 35).

Os textos Apócrifos de Pedro nos têm proporcionado olhares de novas perspectivas para os estudos sobre o cristianismo primitivo. Eles foram concebidos em diferentes regiões do mediterrâneo, cada um trazendo junto de si suas especificidades e, ainda, um pouco das práticas e posturas ideológicas que permeavam a vida desses povos.

2.2 – OS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO ENTRE AS NOVELAS E A HISTÓRIA. SEU GÊNERO LITERÁRIO

Como nos mostra Jacyntho Lins Brandão (BRANDÃO, 2005), o romance foi um dos últimos gêneros literários criados na Antiguidade. Sua recepção nos territórios que tinham o grego como segunda língua foi grande. O romance é um gênero literário de difícil classificação, ele nasce como uma nova forma de ver o mundo, onde a vida particular importa mais do que os assuntos relacionados à política. Marcado por um caráter popular, não teve a atenção que merecia pelos críticos da antiguidade.

Nem gregos nem romanos deram às prosas de ficção um rótulo ou nome. São poucos aqueles que dedicam algum comentário a esse gênero, em geral, com certo menosprezo. À falta de um termo oficial, costumamos usar anacronicamente a palavra romance, o que porém, cria bastante discussão sobre a adequabilidade de tal uso (CERDAS, 2019, p. 266).

O termo romance surgiu apenas no final da Idade Média. Em sua gênese tem a palavra *romanice*, que caracteriza as obras escritas em latim vulgar (*romanice loqui*), em oposição às obras escritas em latim (*latine loqui*). “As narrativas anteriores a essa época são aparentemente romances, mas falta a elas o elemento essencial do gênero moderno: a dissolução entre herói e sociedade” (CERDAS, 2019, p. 266). Podemos reconhecer as narrativas anteriores como modalidades de romance, pois nelas existem elementos embrionários do que viria a ser o romance moderno. Por esse motivo a utilização do termo não seria de modo algum anacronismo.

São várias as semelhanças entre os gêneros literários antigos e modernos. Por exemplo, as questões relacionadas ao isolamento do herói, o foco na vida privada e o hibridismo cultural são fatores que justificam o uso anacrônico do termo romance, dando-lhe validade e justificativa.

O surgimento e desenvolvimento das prosas de ficção na Antiguidade datam do século II a.C. até o século III d.C., o que indica a grande popularidade e interesse por esse gênero. A partir das conquistas de Alexandre, no século IV a.C., o mundo grego alargou seus horizontes, e a cultura e a língua gregas não eram mais prerrogativas daqueles indivíduos nascidos no país (CERDAS, 2019, p. 267).

A partir da expansão do mundo grego, o homem começa a ser visto não apenas como integrante de sua *polis*, mas integrante de um grande império. Fator que se firmará ainda mais com a expansão do Império Romano. A partir disso, o romance dará voz a esse novo indivíduo que nasce, morador de todo um vasto mundo novo. Dessa forma, a literatura antiga lançará seus olhos para a vida particular, à expressão dos sentimentos e desejos individuais dos homens.

Mas e quanto aos Atos Apócrifos de Pedro? Em qual gênero literário eles se encaixam? Os textos apócrifos trabalham a vida dos apóstolos isoladamente. Sua narrativa tem início com o envio do apóstolo a uma missão. No caso dos Atos Apócrifos de Pedro, é a partida de Pedro da cidade de Jerusalém para Roma. Sua missão é colocar à prova a superioridade do poder de Deus contra a magia de Simão O Mago, bem como levar até as pessoas o código moral cristão e suas regras de resguardo sexual e preservação da virgindade.

O martírio do apóstolo constituía, por outro lado, a conclusão normal (constituem exceção os Atos de João). Entre o início e o fim, situavam-se episódios diversos, unidos em geral pelo motivo da viagem, mais ou menos acentuado, o que faz com que alguns Atos se aproximem mais do gênero literário das *praxeis* (exatamente “atos”), com base na sucessão das ações do herói (assim os Atos de Pedro, em que uma viagem entre Jerusalém e Roma servia só para relacionar a atividade do apóstolo nas duas cidades) (MORESCHINI, 2014, p. 222-223).

A qualificação do apóstolo para sua missão justifica a importância da sua viagem e de suas ações, “mas onde é mais acentuado, serve largamente para relacionar as *praxeis*¹⁴ (MORESCHINI, NORELLI, 2014, p. 223). Desde Aristóteles, na antiga retórica grega, as *praxeis* tinham um lugar bem demarcado no *enkomion*¹⁵, que era o discurso de exaltação de um personagem glorioso. “Na era helenística, alinhavam-se as ações prodigiosas com as quais determinadas divindades tornavam-se visíveis entre os humanos sua presença e seu poder benéfico; os modernos definiram este gênero como aretologia”

¹⁴ *Praxeis* é uma palavra de origem grega “*praxis*” que significa conduta ou ação. Corresponde a uma atividade prática em oposição à teoria. Este termo é abordado por vários campos de conhecimento, como na filosofia e na psicologia.

¹⁵ *Enkomion* pode ser entendido como um elogio ou louvor.

(MORESCHINI, NORELLI, 2014, p. 223). Atualmente a aretologia tem sido usada como forma de estudo dos evangelhos, porque percebeu-se que, na narrativa religiosa, a manifestação do poder da divindade ocorria através das palavras e ações de um personagem tido como especial.

Os Atos Apócrifos compartilham inúmeras características das aretologias, mas, significativamente, não se iniciavam com eventos prodigiosos que na ocasião do nascimento do personagem já lhe pressagiavam o destino extraordinário (esta foi, antes, a tendência da tradição sobre Jesus): a aretologia deles não podia iniciar-se se não quando adentravam na atividade do Mestre, e, neste sentido, os Atos Apócrifos se distinguem das Vidas na medida em que têm como conteúdo o plano divino que continua a realizar-se entre os homens por meio da atividade do próprio apóstolo (MORESCHINI, NORELLI, 2014, p. 223).

Nesse contexto, o martírio final representa o ápice da *praxeis*, servindo como a máxima manifestação de evidência da força divina que atua através do herói. A figura de Pedro em seus Atos Apócrifos equivale inversamente ao modelo de apóstolo que encontramos no Novo Testamento. Nos Atos Apócrifos, o apóstolo deixa de ser a figura fraca e sofredora, passando a representar o catalisador por meio do qual Deus manifestará toda a potência do seu poder.

Mas num clima como o dos primeiros séculos cristãos, caracterizado pela livre ocorrência entre apóstolos de várias religiões e divindades, era natural que se assimilasse o apóstolo de Cristo ao modelo geralmente para propagandear esta ou aquela divindade; como foi observado (F. Bovon), entre as formas literárias presentes nos evangelhos, recebe particular desenvolvimento nos Atos Apócrifos aquela que M. Dibelius definiu como novela, o episódio que revela o poder taumaturgico do personagem (nos evangelhos, Jesus; nos Atos Apócrifos, o apóstolo) (MORESCHINI, NORELLI, 2014, p. 223-224).

Ao contrário dos evangelhos sinóticos, que foram constituídos em sua maior parte de material tradicional e elaborados ao longo de um extenso período. Os Atos Apócrifos foram constituídos de elementos preexistentes, mas aparentemente com predominância da invenção literária, o que não exclui totalmente a intenção teológica. “Entre o material narrativo, dominam os relatos de milagre, em que o prodígio como fim em si mesmo tende a tomar a dianteira, como nos casos do cão que fala, da estátua quebrada que retorna intacta, do arenque defumado que ressuscita, todos nos Atos de Pedro” (MORESCHINI, NORELLI, 2014, p. 224).

A relação entre os Atos Apócrifos e o romance profano helenístico já vem sendo estudada. Nos Atos Apócrifos são representadas apropriações de gêneros literários que

foram utilizados por parte da igreja cristã primitiva. Claro que isso não ocorre sem uma reorientação do gênero literário pela mensagem religiosa a ser passada. É a retomada dessa tradição literária que permitiu aos autores dos Atos Apócrifos produzirem uma narrativa que tivesse garantia de sucesso, para que, através dela, fosse possível difundir amplamente o cristianismo nas camadas superiores da sociedade romana.

Nos Atos Apócrifos de Pedro temos dois momentos distintos. O primeiro remete aos milagres feitos em Jerusalém. Nessa parte da obra, Pedro realiza muitos milagres, basicamente curas e ressurreições. “Pedro, diante de nossos olhos, tens feito com que muitos cegos vejam e muitos mudos ouçam, que aleijados andem e que os fracos sejam fortalecidos” (MIRANDA, 2018, p. 27). No segundo momento, a narrativa recai sobre a pauta sexual. As ações sobrenaturais de Pedro são usadas como forma de impressionar o leitor, mostrando a superioridade do cristianismo quando comparado às demais religiões pagãs do Império Romano. Além de ser uma forma de educar as mulheres na doutrina moral do cristianismo primitivo.

Mas o ancião, duvidando e sem compreender o tamanho da graça celeste, ignorando os benefícios divinos, pediu a Pedro que ressuscitasse sua única filha. Assim ela foi ressuscitada. Não muitos dias depois, hospedou um homem que se fingia de crente em sua casa. Este seduziu a jovem e fugiram juntos até hoje (MIRANDA, 2018, p. 31).

Os Atos Apócrifos de Pedro apresentam uma visão idealizada do apóstolo. Pedro é retratado como herói, um líder virtuoso, íntegro e poderoso, capaz de realizar milagres em nome de seu Deus. Durante a narrativa pode ser observada uma descrição dos conflitos e perseguições aos quais eram submetidos os cristãos primitivos, como no trecho final, em que Pedro encara a cruz e sua própria morte. Os Atos Apócrifos de Pedro são obras produzidas por comunidades cristãs posteriores, utilizadas com a finalidade de aumentar a autoridade de sua narrativa sobre outras. Como fonte, esses textos servem para compreender o processo de desenvolvimento do cristianismo e das diferentes correntes da tradição cristã.

2.3 – O LUGAR DOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO NA LITERATURA DO CRISTIANISMO PRIMITIVO

A narrativa contida nos Atos Apócrifos de Pedro pode ser entendida como uma forma de autorrepresentação das comunidades que recebiam esses textos. Dessa forma,

os Atos Apócrifos de Pedro manifestariam a interpretação do poder e proteção de Deus sobre aquela determinada comunidade, gerando o entendimento de que nada poderia ser feito a eles por seus adversários. Por meio dos textos, eles seriam vistos como imunes à dor e à tortura, assim como sua morte seria irrisória, pois havia se tornado a expressão máxima de fidelidade aos ensinamentos de Jesus. “Pedro faz milagres e prodígios que impressionam as cidades por onde passa. Ele ressuscita diversas pessoas durante sua estadia em Roma. Mas não faz nada para impedir sua morte” (MIRANDA, 2018, p. 23). A mensagem que Pedro procura passar é que a morte é a salvação, a verdadeira vida começa após a morte.

Logo nas primeiras duas cenas dos Atos Apócrifos de Pedro, podemos observar o paradoxo da enfermidade. No decorrer dessas cenas, Pedro cura diversas pessoas, porém, ao ser confrontado a curar a própria filha, ele manifesta o poder de Deus para curá-la, e em seguida lhe devolve ao estado de enfermidade, “com a explicação de que isso era útil para as vidas dela e de seus pais” (MIRANDA, 2018, p. 23). No caso da Filha do Jardineiro, Pedro ora para que Deus faça o que for melhor para a garota, e então ela vem a falecer. Arrasado, o jardineiro pede para Pedro ressuscitá-la, o milagre é feito e sua filha volta a viver, porém, em seguida, ela foge de casa com um estranho. “A ética da história é que sua morte era o melhor para ela e seus pais” (MIRANDA, 2018, p. 23).

Essas narrativas dão indício de uma comunidade que se entende portadora da vida, mas não tem medo da morte. Uma comunidade que se descreve como canal de cura das enfermidades, mas que também pode encontrar sentido no sofrimento. Essa comunidade achou o *nomos* na dor e na morte, e ao assim fazer, não só perdeu o medo do sofrimento, como também passou a desejá-lo (MIRANDA, 2018, p. 23).

O discurso cristão inserido nos Atos Apócrifos de Pedro servia para impulsionar o cristianismo através de seus mártires. “As autoridades romanas não demoraram a perceber que quanto mais tentavam destruir os grupos cristãos, mais eles se multiplicavam” (MIRANDA, 2018, p. 23). A lógica era simples, quanto mais cristãos o Império Romano matava, mais pessoas aderiam ao cristianismo. Em seus estudos sobre o escritor Tertuliano e seus escritos aos magistrados romanos, Valtair Miranda afirma que: “Por isso, no final de sua Apologia, ele desafiou os magistrados “Torture-nos, atormente-nos, condene-nos, esmague-nos”. Porque, segundo ele, *semen est sanguis Christianorum* (“o sangue dos cristãos é semente”)” (MIRANDA, 2018, p. 24).

Se as datas sugeridas para estas obras estiverem corretas, um número muito grande de cristãos morreu nas grandes perseguições anteriores à

chegada de Constantino ao poder. As comunidades foram marginalizadas, discriminadas e, eventualmente, perseguidas, mas passaram a usar a marginalização, adiscriminação e a perseguição como elementos de construção e definição da identidade (MIRANDA, 2018, p. 24).

É por meio dos Atos Apócrifos que as comunidades cristãs construíram seus heróis, estabelecendo assim seu modo de vida e conduta moral. “Os heróis das comunidades leitoras dos Atos Apócrifos são seguidores poderosos de Jesus, mas que aceitariam voluntariamente o caminho do sofrimento e morte” (MIRANDA, 2018, p. 25). Servindo de base para esses heróis, os textos apócrifos passam a ser uma afirmação de identidade individual e também uma forma de definição de identidade social.

2.4 – ESTRUTURA LITERÁRIA DOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

Os apócrifos são resultado da tradição oral propagada pelos primeiros cristãos. Eles tornaram-se importantes documentos históricos, revelando o modo como agiam e pensavam os cristãos daquela época (séculos II e III d.C.). Os Atos Apócrifos de Pedro “refletem a efervescente e plural cultura gentílica com a qual o Cristianismo passou a lidar cotidianamente em seu processo de expansão” (PROENÇA, 2012, p. 6). Atualmente, os textos apócrifos têm despertado o interesse do grande público, movidos pelo desejo de consumir um conteúdo considerado como “transgressor” pela igreja católica. Os Atos Apócrifos de Pedro são um conjunto de textos e narrativas associadas ao apóstolo, mas sem autenticidade perante a igreja.

A estrutura literária dos Atos Apócrifos de Pedro é composta por diferentes textos, produzidos em diferentes tempo e espaço. Eles são narrativas descritivas de eventos e milagres feitos pelo apóstolo Pedro em Jerusalém e Roma, como podemos observar neste trecho:

Pedro então se voltou para as pessoas que o seguiam e disse: – Vereis agora um grande e maravilhoso prodígio. Pedro olhou para um grande cachorro que se encontrava amarrado em uma longa corrente, aproximou-se dele e o soltou. Quando o cachorro se viu livre, disse a Pedro com voz humana: – O que queres que eu faça, servo do Deus vivo e infável? (MIRANDA, 2018, p. 50).

Os dois primeiros textos dos Atos Apócrifos de Pedro são chamados de “A Filha de Pedro” e “A Filha do Jardineiro”. Os personagens que irão aparecer nesses capítulos são Pedro, sua filha, a “multidão”, o cavaleiro Ptolomeu, o jardineiro e sua filha. A

narrativa começa em Jerusalém e segue desenvolvendo seu enredo com base na conduta moral imposta as mulheres cristãs. Pedro atua tanto como personagem quanto como narrador. Sua função como narrador é nos situar no tempo – “primeiro dia da semana, o domingo” – e fazer da narrativa um meio de desenvolver a propaganda do projeto político, social e pedagógico de Deus.

Logo no início do texto nos deparamos com o caso da filha de Pedro. Ela é descrita como uma moça enferma e acamada. A multidão questiona Pedro sobre a saúde de sua filha, dando a entender que Pedro não curava sua própria filha porque seu Deus não tinha poder para tal ato. Observando a situação, Pedro imediatamente cura sua filha, para que todos possam presenciar o tamanho do poder de seu Deus. Logo em seguida, Pedro pede o seguinte para sua filha: “Volta para tua cama, senta-te e recebe de volta a tua enfermidade, pois isto é útil para ti e para mim” (MIRANDA, 2018, p. 28). Percebam bem as palavras que Pedro usa: “útil para ti e para mim”. É uma mão de duas vias, até o momento que ela é útil para ele como ferramenta de evangelização, ela também colabora para sua própria salvação, inibindo-se dos prazeres sexuais, estes representados em seu raptor, o cavaleiro Ptolomeu.

Um grande cavaleiro chamado Ptolomeu, que a havia visto banhar-se com sua mãe, manifestou a intenção de fazê-la sua esposa. Mas sua mãe não quis. Ptolomeu insistiu, e não conseguiu esperar, levando à força a menina. Pedro suplicou ao Senhor que guardasse a virgindade de sua filha. Deus escutou a oração, e logo a donzela ficou paralisada de um lado. Ptolomeu entregou a menina aos servos, para que a devolvessem (MIRANDA, 2018, p. 29).

A pauta sexual é algo recorrente nos Atos Apócrifos de Pedro, a exemplo da passagem na qual são apresentados o jardineiro e sua filha. Pedro narra a história de um jardineiro cuja filha única e virgem faleceu. O jardineiro insiste para que Pedro ressuscite sua filha. “Assim ela foi ressuscitada. Não muitos dias depois, hospedou um homem que se fingia de crente em sua casa. Este seduziu a jovem e fugiram juntos até hoje” (MIRANDA, 2018, p. 31). Analisando esses dois casos (Filha de Pedro e Filha do Jardineiro) podemos perceber duas coisas: 1º) o texto se estrutura sempre afirmando o poder de Deus através de um milagre (cura das enfermidades da filha de Pedro e a ressurreição da Filha do Jardineiro); 2º) a questão da regulação do desejo sexual (A filha de Pedro adoece para que não perca a virgindade e a Filha do Jardineiro foge com um desconhecido dias depois de ser ressuscitada). Em ambos os casos, a privação do sexo aparece como mecanismo centralizador da moral cristã.

Essa “pedagogia da moralidade” instituída pelo cristianismo primitivo contra o sexo pode ser observada no quinto capítulo dos Atos Apócrifos de Pedro “A Adúltera Rufina”. Esse capítulo tem como foco os personagens Paulo e Rufina. A narrativa se desenvolve a partir dos casos de adultérios envolvendo Rufina. O capítulo se passa momentos antes de Paulo partir de Roma e tem Pedro como narrador. Rufina era uma mulher que almejava receber a Eucaristia das mãos do próprio apóstolo Paulo, que responde negativamente ao seu pedido.

Rufina, não com dignidade te aproximas do altar de Deus, pois tens te levantado da cama de um adúltero e não da de teu marido. E ainda tentas receber a Eucaristia de Deus! Sabe que Satanás, que atribula teu coração, te derrubará diante dos olhos de todos os crentes no Senhor, para que, vendo e crendo, saibam que o Deus vivo conhece os corações (MIRANDA, 2018, p. 33-34).

Percebemos então um padrão diferente no texto de Rufina. Ao invés de afirmar o poder de Deus, curando, ressuscitando e realizando milagres, Paulo mostra um caráter violento em sua fala, utilizando palavras fortes para garantir, através do medo, que Rufina possa se arrepender de seus pecados. “Mas se te arrependeres de tua ação, ele é fiel para perdoar o pecado e apagar tua culpa. Porém, se não fizeres penitência, ainda estando no corpo, serás lançada em fogo devastador e trevas exteriores para todos os séculos” (MIRANDA, 2018, p. 34). Após essa passagem, Rufina termina sua participação nos Atos Apócrifos de Pedro com toda a parte esquerda de seu corpo paralisada. Até mesmo a fala lhe foi roubada, pois a língua também havia travado junto à metade de seu corpo.

Os capítulos 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 têm como protagonista o apóstolo Paulo. Esses textos se passam na cidade de Roma e narram o processo de partida de Paulo para a Espanha. Nesses quatro capítulos são apresentados os seguintes personagens: os cavaleiros asiáticos Dionísio e Balbo; o senador Demétrio; Cleobio, Ifito, Lisímaco e Aristeo, da casa de César; as matronas Berenice e Filóstrate; e o presbítero Narciso. Os capítulos 2.8 e 2.9 apresentam o personagem Simão, O mago, e narram sua chegada na cidade de Roma. E os capítulos 2.10 e 2.11 narram a viagem de Pedro e sua chegada em Roma.

Seguindo em frente, chegamos no capítulo 2.21 “A História de Êubola”. Nessa parte dos Atos Apócrifos de Pedro, encontramos os seguintes personagens: Pedro, Simão, Êubola, Pompeu (magistrado) e Agripino. O texto permanece no padrão com a narração

feita pelo próprio Pedro. O que diferencia esse texto dos anteriores é a falta da temática sexual, isto é, nesse capítulo, a pauta sexual permanece de fora da trama.

Êubola era uma rica matrona possuidora de ouro e pérolas muito valiosas. Sua participação nos Atos Apócrifos de Pedro é interessante, pois ela tem a função de transmitir uma imagem completa do idealismo moral que ditava como uma mulher cristã deveria se comportar. Dessa forma, as matronas serviam como propaganda cristã e modelo de mulher a ser seguido pelas demais que compunham as fileiras do cristianismo primitivo.

Pedro nos narra sua história a partir da Judeia, quando Êubola morava com Simão, O Mago. Isso ocorre até que o cenário se tornar palco de um crime. Pedro então chega a uma conclusão:

Este Simão, com outros dois iguais a ele, introduziu-se na casa. Mas ninguém da casa viu estes dois a não ser Simão. Com suas ações mágicas, roubaram todo o ouro da mulher e desapareceram. Então Êubola, quando posteriormente percebeu esse fato, começou a torturar os criados, dizendo: “Aproveitaram a ocasião da visita deste homem divino, cujo nome é força do Senhor, para me roubar, quando viram que ele entrara em minha casa para honrar uma simples mulher” (MIRANDA, 2018, p. 60).

Quando Êubola percebe o furto de Simão, O Mago, sua primeira ação é desconfiar dos criados, mas a tortura elimina essa suspeita. Já sua segunda ação é recorrer ao próprio magistrado, que ao perceber seu abalo emocional, levanta-se de seu lugar e dá total atenção a ela. O texto termina com Êubola recuperando suas riquezas e as utilizando para ajudar os pobres, como podemos observar no seguinte trecho: “Êubola, assim, depois que recuperou suas coisas, usou-as a serviço dos pobres e creu em Nosso Senhor Jesus Cristo” (MIRANDA, 2018, p. 63).

A partir desse ponto, narrativa permanece na cidade de Roma, mostrando a atuação de Pedro na comunidade, realizando milagres e vencendo o paganismo representado no personagem de Simão, O mago. Além disso, a narrativa destaca a relação de Pedro com pessoas da elite, como o senador Marcelo e as matronas Crisé e Xantipa.

2.5 – RESTAURA A COMUNIDADE DE ROMA

O tipo de narrativa contida nos Atos Apócrifos de Pedro pode ser um elemento indicador do reflexo das comunidades que teriam como destino esses textos, no caso a

comunidade de Roma. O texto manifesta o caráter onipotente de uma comunidade cristã, assim como sua imunidade a elementos como dor e tortura. A morte existe, afinal, até mesmo Jesus foi morto, mas “essas narrativas dão indício de uma comunidade que se entende portadora da vida, mas não tem medo da morte” (MIRANDA, 2018, p. 23).

A comunidade de Roma se descreve nos Atos Apócrifos de Pedro como um enfermo que é curado pelo poder de Cristo através do apóstolo. É no martírio de Pedro que a comunidade de Roma encontra sua redenção, assim como é na morte de Jesus que os pecados do mundo são perdoados. A comunidade de Roma se torna o canal para a cura das enfermidades, encontrando assim o sentido em seu próprio sofrimento. “Essa comunidade achou nomos na dor e na morte, e ao assim fazer, não só perdeu o medo do sofrimento, como também passou a desejá-lo” (MIRANDA, 2018, p. 23).

Os valores majoritários da sociedade romana, como riqueza, saúde e bem-estar são invertidos e desprezados por essas comunidades. Num clamor que aparece de forma programática, especialmente em narrativas populares, a comunidade descreve sua autocompreensão e seu papel no mundo, abraçando valores como fraqueza, pobreza e sofrimento (MIRANDA, 2018, p. 24).

A comunidade de Roma é restaurada através da construção da figura heroica de Pedro, que se estabelece como modelo de vida e conduta. Ao promover Pedro a essa categoria de herói, os leitores dos Atos Apócrifos de Pedro (comunidade de Roma), afirmaram essa narrativa como modelo de sua identidade individual e como definição de sua identidade social.

2.6 – A CRUZ E A MORTE COMO DESFECHO NARRATIVO NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

Nos Atos Apócrifos de Pedro, a morte não serve apenas como “testemunho” ou “confirmação” da veracidade da história. No cristianismo do século II, o mártir (a testemunha que morre) é aquele que experimenta o sofrimento e a morte para demonstrar o seu pertencimento ao plano de Jesus. “Um segundo elemento importante para compor o conceito de martírio cristão veio da morte de Jesus, o fundador do movimento” (MIRANDA, 2015, p. 121).

As tradições messiânicas judaicas divergiam bastante quanto ao perfil do messias, mas, de maneira geral, nenhum desses grupos aguardava um destino doloroso para o enviado de Deus. Justamente por causa das expectativas messiânicas, a notícia da ressurreição, que começou a correr

pouco depois da morte de Jesus, não era suficiente, isoladamente, para impedir o colapso do movimento (MIRANDA, 2015, p. 122).

Dizer apenas que Jesus tinha ressuscitado não era o bastante, se fazia necessário refletir sobre o papel da morte no processo narrado pelas tradições messiânicas. A imagem do servo e sofredor a serviço de Cristo ajudou as primeiras comunidades cristãs a reinterpretarem os conceitos de morte e de sofrimento praticados por Jesus. “Para essas pessoas, era preciso que Jesus morresse de forma dolorosa e violenta para que Deus liberasse o perdão dos pecados e salvasse a humanidade” (MIRANDA, 2015, p. 122). Todo o processo de perseguição, sofrimento e morte foi necessário para fechar a narrativa da vitória de Jesus sobre o pecado. O meio como essa mensagem foi transmitida idealizou e estigmatizou o sacrifício e a morte. Por meio de imagens e símbolos, um convite ao martírio foi feito às futuras gerações.

Ao analisarmos os Atos Apócrifos de Pedro, observamos a forma como é descrita a sua morte. “Pedro imita Cristo, mas o faz de maneira estranha, pedindo que seja crucificado de cabeça para baixo. Pedro vai para a cruz de forma tranquila, sem relutar, conversa com a cruz, e após a crucificação ainda faz um longo discurso, sem qualquer sinal de dor ou desconforto” (MIRANDA, 2015, p. 126). Pedro imita Cristo e demonstra um modelo a ser seguido através da morte, mas as descrições de sua morte nos mostram poucas semelhanças com a morte de Jesus. “Nos Atos de Pedro, o apóstolo morre por causa da pregação da abstinência sexual. Condenado, morre após louvar o mistério da cruz e emitir uma longa mensagem a quem lhe assistia” (MIRANDA, 2015, p. 126). Quando comparamos a morte de Pedro nos Atos Apócrifos com a morte do próprio Jesus, concluímos que:

Falta completamente nos Atos Apócrifos o fenômeno do sofrimento (...) nos Atos Apócrifos faltam detalhes de sofrimento e dor. Os apóstolos aceitam a sentença de morte quase triunfantemente; morrem pacificamente, mesmo no caso em que a morte é por crucificação. Falta nos Atos Apócrifos a ideia de luta contra o maligno durante a morte. Os apóstolos dos Atos Apócrifos lutam contra demônios durante a vida, mas nunca durante a morte. A morte dos apóstolos não é passiva, mas ativa no desenrolar dos eventos. Os apóstolos morrem quando querem e como querem (MIRANDA, 2015, p. 127).

Nos apócrifos a morte tem o significado de liberdade deste mundo e a volta para o mundo divino. Para Pedro, significa o término de todos os problemas e o começo de uma nova vida, a vida real. Ele não vê na morte o verdadeiro sofrimento, mas sim na vida mundana; sofrimento é viver no mundo.

Por mais parecido que seja, a morte de Pedro não é igual a de Jesus. A função dos apóstolos nos Atos Apócrifos é substituir Jesus de três formas diferentes. A primeira é a função do apóstolo como revelador do caminho para a salvação. No entanto, diferente de Jesus, o apóstolo mostra o caminho mais por meio de milagres do que por ensinamentos. A segunda forma é por meio da ausência de Jesus na terra. Com isso, o apóstolo passa a ser a imagem da divindade no mundo. A terceira forma é colocando o apóstolo como feito da mesma natureza espiritual que Cristo.

“O papel da cruz não se alterou no período dos Atos Apócrifos, nem o seu efeito sobre as pessoas condenadas a experimentá-la. Isso significa que a simples menção do termo cruz poderia assustar ou encher de medo” (MIRANDA, 2015, p. 128). A morte de Pedro ocorre justamente na cruz, mas não de forma violenta. A imagem da cruz funciona como símbolo de suplício, seu papel não era simplesmente matar, mas levar o mártir ao sofrimento. A cruz tem uma tripla função: torturar, matar e humilhar. Devemos lembrar que a crucificação era um ato público, diferente da morte em um ambiente fechado, uma vez que era assistida por muitas pessoas. Para o crucificado era uma derrota física, para o cristianismo, uma derrota moral.

2.7 – A RELAÇÃO ENTRE MAGIA E PODER NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

Magia é o nome que se dá às práticas que envolvem a intenção de mudar o curso natural de acontecimentos através da utilização de objetos e forças sobrenaturais. Podemos interpretar a crença em poderes sobrenaturais como um fenômeno sociocultural. Não é possível mapear suas origens, mas podemos afirmar que suas práticas são encontradas em todas as culturas. Os romanos não foram exceção, sua crença na magia foi amplamente generalizada.

De uma forma geral, na sociedade romana do Principado, houve uma distinção entre práticas de magia populares consideradas maléficas e charlatãs – goetia – e outra magia incorporada em rituais de deuses da religião oficial romana e parte de estudos filosóficos (SILVA, 2012, p. 110).

A magia tinha ligações com a filosofia, sua base era uma determinada ciência, a “Teoria da Simpatia Universal”. Essa teoria tem como base considerar o pensamento mágico como forma de entender a organização do universo, através de leis que podem ser usadas para regular as ações mecânicas da natureza. O que devemos observar é que “se

por um lado era considerada um conhecimento místico, por outro era também um conhecimento científico e isso fez com que a magia fosse aceita por largas faixas das camadas mais eruditas da sociedade romana” (SILVA, 2012, p. 110).

O que é a magia, senão algo imbuído de mistério, curiosidade e a busca pelo que não nos é comum e conhecido? O que é a magia, senão algo que pode nos transmitir medo e o mais interessante, o receio de qualquer sociedade histórica de que tal força esteja associada ao poder? (SILVA, 2012, p. 23).

Nos Atos Apócrifos de Pedro podemos observar com clareza essa forma de prática mágica, interpretada como poder de Deus. Essa visão da magia assimila práticas religiosas e especulações filosóficas, tendo como base a mágica. Esse tipo de magia é conhecido como “teurgia”. “A teurgia era uma prática específica de magia religiosa com o objetivo de incorporar a força divina através da produção de um estado de transe visionário” (SILVA, 2012, p. 111). Entre a teurgia e a goetia não havia uma nítida distinção. A diferença entre estes dois fenômenos era concebida pelas ações do praticante da magia.

Acreditamos que o que diferenciava esses fenômenos era a concepção sobre a atitude do agente mágico, ou seja, do praticante da magia. Se a concepção fosse boa, seria magia denominada teurgia ou rituais de cunho mágico incorporados em práticas religiosas. Se a concepção fosse ruim era denominada goetia. Entretanto, tal concepção não significava que a atitude do praticante fosse o único ponto definidor do tipo de magia (SILVA, 2012, p. 111).

A teurgia pode ser definida como uma magia que se baseia na relação com espíritos celestes, na intenção de se alcançar forças divinas. Em sua concepção ela tem um propósito religioso. Já a goetia é o contrário, ela seria a prática mágica utilizada para a invocação de forças maléficas, que por sua vez usa fórmulas de origem religiosa para determinações profanas.

O que, para nós diferencia a magia da religião, em linhas gerais, é a própria característica do poder que é atribuído ao mago e a questão de que o religioso admite uma devoção aos seres sobrenaturais, enquanto o mago os obriga, por meio de rituais, a fazer sua vontade (SILVA, 2012, p. 118).

A magia não é um sistema de crenças separado da religião, mas também não é sempre ligado à ela. Não é correto diferenciar a religião como uma prática positiva e a magia como uma prática negativa. “Em geral, o pensamento mágico se exerce no domínio do desejo e da vontade sem entrave, enquanto o sentimento religioso pressupõe, por parte dos homens, a aceitação de valores como o respeito, o conhecimento e a submissão”

(SILVA, 2012, p. 1118). O sistema religioso é formado por cerimônias, que tem na sua finalidade a ligação com o sobrenatural. Este, por sua vez, é reverenciado através de votos, ritos, preces (individuais e coletivas), adquirindo um caráter devocional.

Já o sistema mágico tem como finalidade uma espécie de auxílio divino por meio de ritos que obrigam os deuses a obedecerem às ordens do mago em rituais de magia simpática. Muitas vezes, esconjuros, orações e sacrifícios se interferem em um mesmo rito (SILVA, 2012, p. 118).

A partir disso, podemos entender “que toda religião pode comportar ritos de cunho mágico ao executar ritos simpáticos, divinatórios, purificatórios etc” (SILVA, 2012, p. 118). O próprio ato de acreditar na representação divina por meio de uma imagem pode ser considerado como um ato de crença na mágica, disseminada e afirmada pela religião. Podemos definir que magia é tudo aquilo que nos desperta brilho nos olhos e sorriso na boca. É o fantástico, aquilo que não tem explicação, o incrível, o quântico.

Essa análise se faz necessária porque entendemos os textos dos Atos Apócrifos de Pedro constituem uma narrativa identitária que, por sua vez, é determinante para revelar de que forma os cristãos primitivos percebiam a si mesmos, assim como sua negação e enfrentamento aos padrões e normas sociais. “Em Atos de Pedro, por exemplo, somos informados de que, por amarem a doutrina da pureza, muitas mulheres deixavam seus maridos, gerando muitas separações em Roma” (TERRA, 2016, p. 41).

As mulheres no interior das comunidades cristãs primitivas eram majoritariamente presentes. Através dos Atos Apócrifos de Pedro, foi possível constatar que as mulheres, tanto dos grupos socioeconômicos inferiores quanto superiores, tinham papéis de importância dentro do movimento cristão. As mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores eram o exemplo da devassidão, da corruptibilidade, do pecado sexual. Já as matronas, eram exemplos de conversão, de salvação, de doação. Eram papéis diferentes com importâncias diferentes, mas todas a serviço do cristianismo.

III – O PAPEL DAS MULHERES NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

3.0 – O FEMININO NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

A primeira personagem feminina que aparece nos Atos Apócrifos de Pedro é a própria filha de Pedro. Ao analisarmos o texto, foi possível constatar alguns fatores. A aparição da filha de Pedro ocorre logo no início da narrativa, funcionando como um recurso literário, para mostrar aos leitores os principais pontos aos quais o texto dará continuidade, como, por exemplo, neste trecho: “Filho meu, somente Deus sabe o motivo do corpo dela estar enfermo. Saiba, pois, que ele não é débil ou impotente para doar esta cura à minha filha. Mas, para fortalecer seu ânimo e para que os presentes se fortaleçam na fé” (MIRANDA, 2018, p. 28). Pedro justifica dando a entender que o conhecimento de Deus sobre as coisas é maior que o do ser humano. Pedro confirma a suspeita quando afirma que o motivo pela qual não está curada não é por falta do poder de Deus, mas um plano de Deus para auxiliar o processo de evangelização.

A pauta sexual também é importante durante a narrativa. Em determinado ponto é citado o nascimento da filha de Pedro: “Pois, no dia em que nasceu, tive uma visão que me dizia: “Pedro, hoje nasceu para você uma grande tentação. Sua filha causará dano a muitas almas se seu corpo permanecer são” (MIRANDA, 2018, p. 28). Neste trecho podemos observar como as mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores eram representadas. A filha de Pedro só vem a sofrer sua enfermidade porque é uma mulher, as mulheres pobres são representadas como focos de contaminação da mente e sedução sexual. O sexo é visto pelos cristãos como algo ruim, se praticado fora das regras de Deus (procriação), causando dano a muitas almas”.

3.1 – UMA CONTRADIÇÃO: MULHERES COMO PERIGO (CONTAMINAÇÃO/SEDUÇÃO SEXUAL) E MULHERES COMO ACESSO A RECURSOS (FINANCIAMENTO VIA PATRONATO E PRESTÍGIO SOCIAL)

Antes de adentrarmos na discussão deste tópico, precisamos entender como era a contaminação sexual que os cristãos tinham medo. Para eles, a virgindade era algo bastante valorizado, era a prova da intocabilidade e pureza de uma mulher. Falar sobre sexualidade na antiguidade pode parecer algo exótico, mas não podemos perder de vista

que a sexualidade na antiguidade é apenas um fragmento das grandes e múltiplas diferenças existentes na sociedade romana. Segundo Sigmund Freud:

A exigência de que a moça esteja proibida de levar, no casamento com um homem, a lembrança de uma relação sexual com outro homem não é mais do que exclusiva de uma mulher, o que constitui a essência da monogamia, a extensão desse monopólio ao passado” (FREUD, 2023, p. 155).

A monogamia está encrustada na tradição cristã, “as mulheres se casavam com 12 a 14 anos, e às vezes eram prometidas antes mesmo da puberdade. Fraudes com a idade são mencionadas nos textos, comprovando o interesse dos romanos por meninas virgens e muito jovens” (BOEHRINGER, 2021, p. 53). Documentado através de um epitáfio datado do século II a.C., foram encontradas homenagens para as mulheres que cultivavam determinadas virtudes: fidelidade e castidade. Estes são os motores que através do tempo se tornarão a base da moral cristã. Se as virtudes são a fidelidade e a castidade, então podemos supor o que seria o outro lado da moeda: infidelidade e promiscuidade.

A “sexualidade” é uma produção especificamente moderna que se constrói progressiva e concomitantemente como um instrumento de subjetivação que participa da constituição do sujeito, e é também uma implicação do poder pelo viés psicológico da introjeção das normas sociais no indivíduo (BOEHRINGER, 2021, p. 64).

O cristianismo primitivo condenava certas práticas quando realizadas por uma mulher. Mas caso fosse um homem, o silêncio imperava. “Os líderes da igreja cristã da antiguidade recente acompanharam os filósofos na condenação da anomalia do ‘padrão duplo’ romano, que castigava a mulher por adultério, enquanto aceitava a infidelidade do marido (BROWN, 1990, p. 30). O cristianismo primitivo tornou a renúncia sexual plena e a virgindade suas principais pautas. “A perda da virgindade pela donzela era simplesmente um mau agouro para sua conduta futura. A moça que já houvesse desfrutado de amores furtivos poderia fazer a mesma coisa ao se casar” (BROWN, 1990, p. 35).

Mas não podemos delegar ao cristianismo primitivo toda a responsabilidade sobre o cultivo desse forte código moral que permeava a vida das mulheres, em especial daquelas pertencentes aos grupos socioeconômicos inferiores.

Como destacam Paul Veyne e Michel Foucault, não foi resultado do surgimento de uma cultura cristã nos primeiros séculos de nossa era, mas, ao contrário, produziu-se na continuidade de uma filosofia estoica – pagã, portanto – que promovia o domínio de si e a temperança, que se fortaleciam na filosofia recíproca do casal (BOEHRINGER, 2021, p. 54).

As mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores eram enxergadas pela igreja primitiva como aquelas que desvirtuavam o homem de seu caminho. Foi primeiramente uma mulher que comeu o fruto proibido, “a sexualidade era um afloramento inalterado do estranho mundo ‘animal’ a que a serpente conduziu Adão e Eva inicialmente” (BROWN, 1990, p. 88). As tradições cristãs entendiam a sexualidade como um perigoso impulso que despertava no homem através da mulher.

O discurso sobre seus perigos sempre se referia a grupos e ocasiões particulares. Considerava-se que o desejo sexual afetava mais os jovens “fogosos” do que os velhos. Quando os homens se preocupavam com ele, tendiam a vê-lo em termos do perigo que para eles representava a perpétua sedução das mulheres (BROWN, 1990, p. 80).

Durante nossa análise, não foi encontrada nenhuma evidência de condenação moral da prostituição como a entendemos hoje, uma “ideia psicologizante de uma intimidade violada ou uma desordem específica cuja causa deve ser conhecida” (BOEHRINGER, 2021, p. 60). Um homem romano que passa a noite em um bordel não é criticado socialmente por trair sua esposa, mas sim por gastar o dinheiro da família, negligenciando seu papel de cidadão. Se observarmos com atenção, é possível afirmar que “a importância dada à figura da prostituta, ao redor da qual gira a atenção de cidadãos ou sem um tostão, mostra certa familiaridade do público romano com a prática da prostituição e as relações que se estabelecem em torno dela” (BOEHRINGER, 2021, p. 60).

As matronas, por sua vez, eram o exemplo da boa conduta que as mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores deveriam seguir. Enquanto exemplos de uma boa cristã, elas eram as “marqueteiras” de Jesus. O “ser-romano” consistia mais pela sua posição social que pelo sexo. “Uma matrona de ordem senatorial era, tanto nas representações quanto na vida cotidiana, muito mais equiparável a seu marido que a uma escrava ou mesmo uma romana livre pobre” (BOEHRINGER, 2021, p. 51). Neste trecho, Boehringer corrobora com nossa teoria sobre o possível poder social, econômico e político das matronas. Elas detinham um poder equiparável ao *pater familias*, atuando em espaços que ele não tinha alcance, como no cristianismo primitivo, em que a participação das mulheres era majoritária.

3.2 – AS MULHERES DA ELITE ROMANA E SUA MANEIRA DE LIDAR COM O PODER OU DAR ACESSO AO PODER

Podemos afirmar que nos séculos II e III houve um expoente significativo de presença feminina no que tange aos assuntos públicos. “O poder se concentrava nas mãos dos homens, mas a atenção também se fixava em suas esposas, que apareciam no trono junto aos príncipes” (GONÇALVES, 2014, p. 325). Para que houvesse essa transmissão do poder para a mulher, era necessário a existência de um domus imperial bem estruturado, sua construção tem como papel fundamental a ação da matrona. Como foi dito anteriormente, o lar era o principal local de encontro da elite romana, fazendo dele um lugar perfeito para o desenvolvimento de relações de sociais, políticas e econômicas.

Na concepção dinástica do poder imperial, a esposa do princeps tinha que representar um papel ativo, o que acabava por contrastar com as antigas tradições republicanas romanas, ao menos no que se vinculava às funções públicas assumidas pelas mulheres. Apesar de muitas vezes assumirem a imagem de matronas, respeitando as tradições romanas, as mulheres da casa imperial, em várias oportunidades, souberam aproveitar os privilégios que a proximidade com o centro do poder lhes garantia (GONÇALVES, 2014, p. 325).

Em meados do século III d.C. o cenário social, político e econômico do império romano não era dos melhores. A pobreza crescia emaranhada nas estruturas da população urbana. É neste ambiente que surgiu uma espécie de “ordem” das viúvas, mulheres da elite que recebiam doações de roupas e alimentos para a igreja. “O termo ‘viúva’ não significa simplesmente uma mulher cujo marido faleceu, mas uma classe particular de cristãs” (DAVIES, 1980, p. 70). Eusébio de Cesareia relatou na sua *História Eclesiástica* “mais de mil e quinhentas viúvas e necessitados”, passando a se tornar um movimento numericamente interessante. Através deste movimento, criaram-se “laços de patronato e de obrigação, considerados humilhantes, entre o clero e as mulheres da aristocracia senatorial do final do quarto século” (ALMEIDA, 2021, p. 145).

As viúvas eram consideradas modelos de devoção. Essas mulheres, além da prática humanitária, foram patronas de homens influentes na igreja. Elas se organizaram em associações nos arredores de suas localidades, na maioria das vezes sob a liderança de uma delas. “As viúvas eram líderes entre as mulheres pelo exemplo e pela instrução. Parece claro que o termo técnico ‘viúva’ pode muitas vezes aplicar-se a uma mulher, virgem ou viúva, particularmente dedicada à continência e à piedade cristã” (DAVIES, 1980, p. 71).

Em meados do século IV d.C. Marcela fez de sua casa não apenas uma comunidade de mulheres cristãs, mas um tipo de centro de estudos, um espaço onde as

demais mulheres pudessem estudar os textos bíblicos. Marcela liderou o movimento, ensinando não apenas mulheres, mas muitos homens também. Sua influência chegava até os sacerdotes romanos, empenhados na tarefa de compreender os textos bíblicos. Uma mulher como Marcela era destaque na sociedade romana e entre os cristãos, e sua família era uma das de maior prestígio em Roma.

3.3 – MULHERES PROTAGONISTAS NOS ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO

Os Atos Apócrifos de Pedro, além de transmitirem os ensinamentos e narrarem as atividades dos apóstolos Pedro e Paulo, também apresentam outros personagens e situações. No total, são 6 capítulos nos quais encontramos mulheres como protagonistas: Filha de Pedro, Filha do Jardineiro, Rufina, Êubola, Crisé e Xantipa. Essas mulheres desempenharam papéis importantes para a composição da mensagem moral que a narrativa cristã deseja fundamentar através do texto petrino. Mas não apenas isso, o texto dos Atos Apócrifos de Pedro são quase uma cartilha ensinando como ser uma mulher cristã perfeita, a exemplo das matronas romanas.

Tendo chegado o domingo, Pedro fala aos irmãos, e os exortava na fé em Jesus Cristo. Estavam presentes muitos senadores, cavalheiros, damas ricas e matronas que se fortaleciam na fé. Havia ali também uma mulher muito rica, a quem chamavam Crisé, porque todos os utensílios de sua casa eram de ouro e também porque, desde a infância, nunca utilizara qualquer vasilha, de prata ou cristal, senão somente de ouro (MIRANDA, 2018, p. 82).

O primeiro capítulo dos Atos Apócrifos de Pedro tem como protagonista a própria filha de Pedro. Nesse capítulo, a mensagem é muito clara: “Pedro suplicou ao Senhor que guardasse a virgindade de sua filha. Deus escutou a oração, e logo a donzela ficou paralisada de um lado” (MIRANDA, 2018, p. 29). É preferível ficar doente e acamada para o resto da vida, do que ser corrompida pelos prazeres mundanos (sexo). Para os cristãos dos primórdios, a virgindade tinha um valor moral muito forte e presente em seu meio.

Quando percebemos, sua mãe e eu descemos e encontramos a menina com todo o lado de seu corpo, desde os pés até a cabeça, paralisado e ressecado. Pegamos a menina e louvamos a Deus que havia livrado a sua serva dessa mancha, da vergonha e da [...] (MIRANDA, 2018, p. 29).

No segundo capítulo a pauta moral continua a ser fundamentada. O caso da Filha do Jardineiro é uma confirmação dos valores que observamos no capítulo da filha de Pedro. Porém, no caso da Filha do Jardineiro, a garota encontra-se morta. A pedido do

jardineiro, Pedro ressuscita a moça, e o resultado é sua corrupção moral. Ela foge com um viajante desconhecido, abandonando sua família. “Não muitos dias depois, hospedou um homem que se fingia de crente em sua casa. Este seduziu a jovem e fugiram juntos até hoje” (MIRANDA, 2018, p. 31).

No quinto capítulo é apresentada a adúltera Rufina. A narrativa transmite uma imagem de Rufina como uma mulher que deseja a conversão. Paulo trata Rufina com severidade, condenando os atos adúlteros cometidos por ela. “Rufina, não com dignidade te aproximadas do altar de Deus, pois tens levantado da cama de um adúltero e não da de teu marido” (MIRANDA, 2018, p. 33). Tanto a sociedade romana, quanto os cristãos dos séculos II e III d.C. condenam a mulher adúltera, mas em nenhum momento o homem é passível do mesmo tratamento. O pecado de Rufina é considerado tão grave, que seu corpo ficou com a metade esquerda paralisada, da cabeça aos pés, até mesmo a língua sofreu condenações por infringir as leis de Deus.

No vigésimo primeiro capítulo conhecemos a matrona Êubola. Aqui o ato de incentivar a conversão (que começa no quinto capítulo) toma força e se fundamenta. O arco de Êubola nos Atos Apócrifos de Pedro mostra, em primeiro lugar, a vitória moral do cristianismo sobre as demais religiões: “Êubola, assim, depois que recuperou suas coisas, usou-as a serviço dos pobres e creu em Nosso Senhor Jesus Cristo” (MIRANDA, 2018, p. 63). Êubola morava com Simão, O mago, na Judeia. Nos Atos Apócrifos de Pedro, Simão é a representação do paganismo, a conversão de Êubola representa uma vitória para o cristianismo. “Reconfortada, desprezando e renunciando a este mundo, ajudava as viúvas e os órfãos, e vestia os pobres” (MIRANDA, 2018, p. 63). Desse modo, ela se torna um exemplo de conversão para outras mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores e superiores.

O vigésimo quarto capítulo apresenta a matrona Crisé. Assim como no texto de Êubola, o texto de Crisé destaca as questões sobre conversão e doação material. “Pedro servo de Deus. Eis que eu vi em sonho ao meu lado aquele que chamas teu Deus, dizendo: ‘Crisé, entrega a Pedro, meu servo, dez mil moedas de ouro, porque és devedora’” (MIRANDA, 2018, p. 82). Mais uma vez temos a construção de uma imagem social, Crisé é fruto dessa construção. Ela era pagã e depois converteu-se ao cristianismo, despreendeu-se materialmente e usou sua fortuna para ajudar a causa cristã. O texto está quase dizendo para suas receptoras: sigam este exemplo, você deve ser assim.

Por último, é apresentada no vigésimo sexto capítulo a matrona Xantipa. Com os Atos Apócrifos de Pedro já se encaminhando para o final, o texto desenvolve a pauta sexual iniciada nos capítulos Filha de Pedro e Filha do Jardineiro. “Outras muitas mulheres, encantadas com a pregação sobre a pureza, se afastaram de seus esposos, e alguns maridos evitavam a cama com suas mulheres por causa do desejo de servir a Deus em santidade e pureza” (MIRANDA, 2018, p. 87). Xantipa segue os ideais ascéticos, ela não pratica sexo com o marido, fato que se repete em outros lares romanos gerando discórdia generalizada. Concluimos, portanto, que as mulheres nos Atos Apócrifos de Pedro tinham três finalidades:

1º) Se organizar inserindo a temática sexual e os valores morais do cristianismo. O cristianismo desde seu início tem nas suas estruturas o reflexo patriarcal do Império Romano. Do século II ao III d.C., o cristianismo das origens se desenvolve e atinge os grupos socioeconômicos superiores. Mas para que ocorra esse desenvolvimento, era necessário que o movimento cristão se organizasse. Como podemos observar no capítulo 2.6 dos Atos Apócrifos de Pedro, Paulo faz uma oração para um grupo de cristãos em Roma:

Deus eterno, Deus dos céus, Deus de autoridade inefável, que confirmaste todas as coisas pela tua palavra, que tens sustentado o mundo inteiro pelo vínculo firme de tua graça, Pai de teu Filho santo Jesus Cristo, juntos oramos, por teu Filho Jesus Cristo, que confortes as almas que antes eram incrédulas, mas agora são crentes. Antes eu era blasfemo agora sou blasfemado. Antes eu era perseguidor, agora sou perseguido por outros. Antes eu era inimigo de Cristo, agora oro para ser seu amigo (MIRANDA, 2018, p. 35).

2º) Incentivar a conversão das matronas ao cristianismo. A oração feita por Paulo, que citamos anteriormente, transmite um forte sentimento de união. Através de suas palavras, Paulo nos deixa experimentar a promessa de pertencer a um grupo. Isso é muito valioso, pois estamos falando dos séculos II e III d.C, durante os quais a única coisa que esperava um pobre solitário era a morte. Na oração, Paulo deixa em evidência o tema da conversão. É através da conversão das pessoas que o cristianismo ganhou força. A organização é alcançada a partir dos textos apócrifos. Quando a comunidade cristã de Roma recebe os Atos Apócrifos de Pedro, os membros dela têm na mão um código de conduta social e moral. Nele estão contidos os direitos e deveres que os cristãos dos séculos II e III d.C. irão cultivar, bem como exemplos de como a mulher deve se comportar e agir.

3º) Destacar o embate entre a moral cristã e os costumes pagãos da elite romana. No capítulo 2.1, a filha de Pedro é apresentada como uma pessoa passível a qualquer tipo de situação, sem iniciativa. A pauta sexual é narrada de forma diferente, pois o cavaleiro Ptolomeu vê a filha de Pedro e sua mãe tomando banho. A partir disso, ele decide que tomaria a garota para si. “Ptolomeu insistiu, e não conseguiu esperar, levando à força a menina” (MIRANDA, 2018, p. 28).

O discurso moral propagado pelo cristianismo dos primórdios é desigual. Se compararmos os discursos direcionados aos grupos socioeconômicos inferiores e os discursos direcionados aos grupos socioeconômicos superiores, percebemos uma dualidade no modo como a elite romana era tratada pelos cristãos primitivos. A elite romana tem sua própria moral, uma vez que, para os cristãos dos primórdios, não havia sentido em confrontar o tradicionalismo romano. Os Atos Apócrifos de Pedro assimilam parte da moral romana, junto à moral cristã. Por isso, o discurso direcionado aos grupos socioeconômicos superiores se alinhava muito à moral da elite romana.

3.4 – A IDEALIZAÇÃO DAS MATRONAS CONVERTIDAS COMO ACESSO DO CRISTIANISMO ÀS ELITES. FICÇÃO NARRATIVA, DESEJO OU ESTRATÉGIA?

Nos Atos Apócrifos de Pedro, podemos observar um trecho muito pertinente para nossa pesquisa. O capítulo 2.21 (A História de Êubola) nos levará diretamente para o mundo de uma matrona convertida ao cristianismo. Nesse capítulo, o autor nos coloca na seguinte situação: Êubola é destacada no texto como uma mulher rica, possuidora de muito ouro e pérolas. Porém, logo no início do capítulo, é dito que ela havia sido roubada e Pedro aponta Simão, O Mago, como culpado pelo acontecido. “As coisas que sumiram da casa de Êubola são obra de Simão, que as roubou com a ajuda de outros dois por meio de artes mágicas e enganos” (MIRANDA, 2018, p. 60).

No desenrolar dos fatos, toda essa situação é construída com a intenção de demonstrar a enorme influência de uma matrona romana. Êubola se relaciona com pessoas dos grupos socioeconômicos superiores, pessoas que atuam dentro do espectro elitista da sociedade romana, como, por exemplo, o magistrado Pompeu.

Quando Pompeu, o magistrado, a viu tão agitada, logo ela que nunca saía em público, levantou-se rapidamente do tribunal, entrou no pretório e ordenou que lhe trouxessem os jovens para serem interrogados. No meio de tortura, admitiram que haviam ajudado Simão, “em troca de dinheiro”. Torturados durante mais tempo, confessaram que tudo o que Êubola havia perdido e muitas outras coisas estavam enterradas em uma cova, atrás de uma porta (MIRANDA, 2018, p. 63).

Neste trecho dos Atos Apócrifos de Pedro, é interessante observar a preocupação do magistrado ao ver Êubola. Ele sai prontamente de seu lugar no tribunal e vai em seu socorro. Esse fator nos leva a pensar como as matronas ocupavam um lugar de respeito dentro do Império Romano, considerando que elas eram muito importantes no contexto político romano. Quando comparamos a sociedade do final da República até o começo do Império, é possível ver como a posição da mulher dentro da sociedade mudou.

Ao longo das gerações precedentes, no final da República e no começo do Império, as mulheres dos homens públicos eram tratadas como seres periféricos que não contribuíam em nada – ou bem pouco – para o papel público de seus maridos (BROWN, 2009, p. 222).

No decorrer do tempo, essas atitudes irão se transformar, pois ocorrerá o que Peter Brown chama de “emancipação”. O conceito é reflexo da participação das mulheres nos espaços da alta sociedade romana logo nos primeiros anos do Império.

As matronas convertidas eram idealizadas como exemplos perfeitos de conduta da mulher cristã. As ações de uma matrona, quando idealizada em um texto antigo como os Atos Apócrifos de Pedro, tinham finalidades diferentes dependendo do prisma de cada grupo socioeconômico observado. Para as mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores, a mensagem era de controle social. Já para as mulheres dos grupos socioeconômicos superiores, a mensagem era de controle moral.

3.5 – ATOS DE PEDRO: MULHERES COMO PROBLEMA-CHAVE PARA ENTENDER A CONSTITUIÇÃO INTERNA DAS COMUNIDADES E COMO ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE RECURSOS, PROTEÇÃO E STATUS

O conjunto de documentos conhecido como Atos Apócrifos de Pedro foi escrito por cristãos do Império Romano no período de 160 a 225 d.C. A comunidade cristã de Roma passou por vários desafios: diversidade étnica, diversidade social, perseguição, clandestinidade, embates doutrinários internos e a organização da comunidade em expansão.

Em Roma, onde se passa boa parte dos Atos Apócrifos de Pedro, o ambiente era diversificado, com pessoas de diferentes origens étnicas e sociais: escravos, libertos, pobres, ricos e pessoas de várias profissões.

A pauta da abstinência sexual que encontramos nos Atos Apócrifos de Pedro foi escrita como forma de aproximar a moral romana da moral cristã primitiva. Dessa forma, a aproximação com as elites romanas era vantajosa. Através da influência das matronas, as relações entre a elite romana e os cristãos se tornou um meio de minimizar os efeitos das perseguições do Império Romano contra os cristãos dos primórdios.

As perseguições contra os cristãos foram ferozes. Durante os séculos II e III d.C., as autoridades romanas, como o imperador Nero, realizaram um processo de caça e execução contra os cristãos. Por causa das perseguições, foi necessário que os cristãos realizassem suas reuniões clandestinamente, se reunindo em casas particulares ou nas catacumbas abaixo da cidade de Roma. Por esses fatores, a igreja cristã primitiva tinha que fundamentar com urgência seus mitos fundadores, seus mártires, estabelecendo sua doutrina e moral no Império Romano. Nesse contexto, podemos interpretar a partir dos Atos Apócrifos de Pedro que as mulheres tiveram forte participação na constituição da comunidade cristã nos primeiros séculos do Império Romano.

Uma das formas fundamentais pelas quais a edificação procede em qualquer documento religioso é relacionar a fé com as circunstâncias, mostrando como seria viver de acordo com os princípios da fé. Quando a edificação é tentada através da ficção ou da narração de histórias, a fé está relacionada com as circunstâncias pela criação de figuras que personificam o ideal da fé. Estas figuras ideais servem de modelos para os membros da Comunidade (DAVIES, 1980, p. 51-52).

As mulheres tinham forte participação na constituição da comunidade cristã da cidade de Roma. Infelizmente, essas participações muitas vezes não foram documentadas, ao contrário das participações dos homens, que possuem um vasto material historiográfico. As mulheres tinham papel ativo nas reuniões e práticas religiosas (cultos, cerimônias e estudos das escrituras). “Paulo, desejaria fugir da cidade se não fosse magistrado, para que de ti não me afastasse. Igualmente disseram Cleobito, Ifito, Lisímaco, e Aristeo, da casa de César, e duas matronas, Berenice e Filóstrate, junto com o presbítero Narciso” (MIRANDA, 2018, p. 36).

Como podemos ver, as matronas cristãs estavam envolvidas com pessoas poderosas na escala social e política de Roma. E é através das matronas que o cristianismo

se conecta com essa elite. Observemos nesta passagem: o magistrado declara que se não fosse o cargo que ocupa dentro da sociedade romana, ele fugiria da cidade junto de Paulo. No caso das reuniões cristãs, que aconteciam frequentemente no ambiente doméstico, as mulheres desempenhavam posições de liderança formal dentro desses grupos: apóstolas, profetisas e líderes de igrejas locais, como no das mulheres citadas nos Atos Apócrifos de Pedro – Febe, Priscila e Júnica – mulheres de força dentro da igreja cristã primitiva.

Mesmo com a opressão e as perseguições dos imperadores romanos nos séculos II e III d.C., é através do apoio financeiro vindo da elite romana (matronas) que a igreja primitiva conseguiu dar início ao desenvolvimento do seu projeto missionário, que no século IV d.C. iria transformar o cristianismo em religião oficial do Império Romano. Mesmo que a história das mulheres cristãs de Roma não seja bem documentada como a dos homens, ao analisar textos como os Atos Apócrifos de Pedro, vem à tona que elas desempenharam papéis significativos na construção da vida cotidiana da igreja cristã primitiva.

Os Atos de Pedro não se concentram sua atenção em nenhuma figura em especial. De qualquer forma, a sequência do martírio nos Atos de Pedro é valiosa para o nosso propósito de mostrar que as mulheres cristãs do continente formavam a maior parte da primeira comunidade por trás dos Atos Apócrifos. Essa sequência começa com a conversão de Agripina, Nicaria, Eufêmia e Doris, que são concubinas do prefeito Agripa (DAVIES, 1980, p. 57).

As matronas frequentemente abriam os portões de suas casas para a realização de reuniões cristãs. O lar de uma matrona cristã servia como igreja, locais de culto e comunhão. Aquele era um ambiente que servia de refúgio para os cristãos perseguidos. A influência e o prestígio das matronas eram utilizados na intercessão de membros da comunidade cristã perante as autoridades romanas, diminuindo os efeitos das perseguições.

CONCLUSÃO

Através de nossa análise foi possível entender que o conceito de gênero variava dependendo do meio cultural e social que a mulher romana dos séculos II e III d.C. fazia parte. Ser mulher nos grupos socioeconômicos inferiores não era a mesma coisa que ser mulher nos grupos socioeconômicos superiores. Foi possível perceber que a sociedade romana era absurdamente opressora para com as mulheres pertencentes aos grupos socioeconômicos inferiores (escravas ou camponesas), as quais não tinham direitos ou voz. Nos grupos socioeconômicos inferiores, a mulher não tinha acesso aos estudos, e suas únicas funções eram gerar filhos e prezar pelo bem-estar do marido. De modo contrário, as mulheres dos grupos socioeconômicos superiores, ou, as mulheres da elite romana, tinham acesso aos estudos, ao meio social, cultural e político.

No ambiente social, a mulher romana ocupava um papel secundário quando comparadas aos homens. Porém, no ambiente familiar, a mulher exercia pleno domínio, uma vez que era ela que gerenciava a casa, cuidava das tarefas domésticas, supervisionava os escravos e garantia a boa criação dos filhos. O lar era uma instituição central para o Império Romano. Na maioria das vezes, as mulheres se casavam cedo, antes dos vinte anos. Para os romanos, o casamento era uma forma de unir famílias e garantir a continuidade de linhagens antigas.

A maioria das mulheres dos grupos socioeconômicos superiores tinham acesso a educação até os doze anos de idade. As mulheres da elite podiam receber uma educação além da grade formal romana, incluindo música, dança, literatura e gestão doméstica. A política era uma área reservada aos homens, porém, era no campo religioso que as mulheres desempenhavam papéis importantes. No cristianismo primitivo, por exemplo, houve mulheres que se destacaram na posição de líderes religiosas e figuras importantes para sua expansão (Lídia, em Filipos; Priscila, em Corinto e Éfeso; Febe, diaconisa de Ceneceia).

Um ponto muito importante é o processo educacional. Para as mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores, ele era basicamente inexistente. Elas aprendiam com seus pais a cuidar e administrar o lar. As mulheres dos grupos socioeconômicos superiores tinham acesso ao poder através da influência obtida nos grupos da alta sociedade romana, pelos quais transitavam através de seus maridos. Além disso, tinham acesso aos estudos e faziam parte do meio cultural e social romano, influenciando inclusive na política.

A maioria dessas mulheres só estudava até os doze anos, idade que se tornavam aptas para se casarem. Ao se casar, a mulher romana adquiria o papel de gestora do lar, e sua única responsabilidade passava a ser gerar os filhos ao marido, dando continuidade à próxima geração.

Quanto aos apócrifos, destacamos sua origem e composição, assim como sua importância na composição da identidade das comunidades cristãs. Os Atos Apócrifos de Pedro têm como foco a comunidade cristã de Roma. É através dele que a igreja cristã primitiva difundirá e fortalecerá entre as elites os seus códigos de conduta, utilizando para tal feito a imagem das matronas. Através da narrativa dos Atos Apócrifos de Pedro, notamos dois tipos de representação distintas da mulher destinadas a grupos diferentes. O primeiro é a representação da mulher como um perigo sexual. É a filha de Pedro que fica doente para não praticar o sexo, é a Filha do Jardineiro que foge com um desconhecido, é a adúltera Rufina que traí o marido toda noite. O segundo é a representação da mulher convertida, aquela matrona que antes pertencia a alguma religião pagã e percebeu através do cristianismo primitivo os pecados da soberba material e sexual.

Nesta pesquisa, foi possível concluir uma análise da constituição social, política e cultural da mulher romana, tanto nos grupos socioeconômicos inferiores, quanto superiores. As mulheres dos grupos socioeconômicos inferiores não tinham qualquer relação com a política romana. Quanto às mulheres dos grupos socioeconômicos superiores, como as matronas, a situação era diferente. Sua inserção no mundo da política ocorria através da influência obtida nos grupos da elite romana que circulavam em seu lar. As matronas ofereceram a coisa que a igreja cristã primitiva mais queria, capacidade de organização. Através de um processo de desenvolvimento, os cristãos organizados conseguiram se expandir de maneira ordenada. As matronas cristãs chegaram aos séculos IV d.C. e V d.C. com uma força política absurdamente significativa.

Ao analisar os discursos das mulheres nos Atos Apócrifos de Pedro, foi possível observar que o patrocínio e o apoio financeiro para a comunidade cristã de Roma vinham em grande parte das matronas e de pessoas relacionadas aos grupos socioeconômicos superiores. Na passagem da matrona Êubola, por exemplo, cita-se que sua fortuna foi usada para ações de caridade efetuadas pela igreja cristã primitiva. As matronas romanas desempenhavam o papel de protetoras do cristianismo primitivo, servindo como pilar e dando sustentação para a comunidade cristã da cidade de Roma. Essa ajuda vinha sob a

forma de pagamento dos custos das reuniões, doações aos pobres e necessitados, e constituía-se como o principal apoio financeiro aos missionários e líderes cristãos.

Os Atos Apócrifos de Pedro são textos antigos que narram a vida do apóstolo Pedro, os quais não fazem parte do cânone bíblico. Para nós, sua riqueza se encontra nos relatos envolvendo mulheres e sua relação com Pedro. A partir deste ponto, fez-se necessário utilizar o conceito de representação para um melhor entendimento das relações que se desenvolveram entre as mulheres romanas e o cristianismo primitivo. Analisamos como as mulheres foram representadas na narrativa dos Atos Apócrifos de Pedro, e buscamos compreender os estereótipos e padrões que permeavam a figura da mulher, suas características, motivações e impactos no cristianismo primitivo.

Ao longo dos Atos Apócrifos de Pedro, podemos observar que as mulheres eram representadas como devotas e virtuosas, desempenhando um papel central na expansão do cristianismo primitivo, como a matrona Crisé. Por outro lado, também encontramos representações femininas negativas, como a mulher samaritana que tem um romance com Simão, O Mago, descrita como uma mulher manipuladora e sedutora. Há também representações de mulheres marginalizadas e subjugadas, quando comparadas aos homens da época.

Esta pesquisa tem a finalidade de revelar a complexidade dos Atos Apócrifos de Pedro em relação à construção da identidade da mulher romana dos séculos II e III d.C. Por um lado, encontramos mulheres fortes e devotas, desempenhando papéis centrais na propagação do cristianismo primitivo, e por outro, mulheres representadas de forma negativa, estereotipadas ou marginalizadas pela sociedade patriarcal da época. A partir disso, podemos concluir que, nos Atos Apócrifos de Pedro, as mulheres refletem realidades sociais e culturais da época de sua escritura. Elas também carregam consigo valores religiosos e ideológicos que marcavam presença no cristianismo dos primórdios. Por meio desta pesquisa, foi possível ampliar a nossa compreensão acerca do papel que as figuras femininas representadas nos Atos Apócrifos de Pedro desempenhavam durante as origens do cristianismo.

REFERÊNCIAS

Fonte

ATOS APÓCRIFOS DE PEDRO. Trad. Valtair Afonso Miranda. São Paulo: Paulus, 2018.

Bibliografia

ALMEIDA, Rute Salviano. **Vozes Femininas no Início do Cristianismo – Império Romano, Igreja Cristã, Perseguição e Papel Feminino.** Viçosa: Ultimato, 2021.

BEARD, Mary. *SPQR – Uma História da Roma Antiga.* São Paulo: Planeta, 2020.

BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2016.

BOEHRINGER, Sandra. **ROMA.** In: STEINBERGH, Sylvie (org.). **Uma História das Sexualidades.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURQUIN, Y.; MARGUERAT, D. **Para ler As Narrativas Bíblicas.** Prior Velho: Paulinas, 2012.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A Invenção do Romance.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

BROWN, Peter. **Corpo e Sociedade – O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

BROWN, Peter. **Antiguidade Tardia.** In: VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada – Do Império Romano ao Ano Mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERDAS, Emerson. **Introdução à literatura grega: de Homero ao romance antigo.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Algés - Portugal: DIFEL, 1988.

COELHO, Fabiano de Souza. **As Matronas da Antiguidade Cristã – Um estudo comparado das representações de gênero nas obras de Jerônimo e Agostinho (390-420 E.C.)**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

DAVIES, Stevan L. **The Revolt of the Widows – The Social World of the Apocryphal Acts**. Southern Illinois University Press, 1980.

DEBERGÉ, Pierre. **São Pedro**. Trad. Water Salles. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOXE, John. *O livro dos Mártires*. Curitiba: Publicações Pão Diário. 2021.

FREISENBRUCH, Annelise. **As Primeiras Damas de Roma – As mulheres por trás dos Césares**. Trad. Andrea Gottlieb Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2. O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

FREUD, Sigmund. **Amor, Sexualidade, Feminilidade**. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

GEBARA, Ivone. **Em busca do amor maior: Uma perspectiva do cristianismo das mulheres**. In: CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. A.; SILVA, R. A. (org.). **Mulheres no Cristianismo Primitivo – Poderosas e Inspiradoras**. São Paulo: Fonte Editorial, 2022.

GONÇALVES, A. T. M. **Um olhar sobre Júlia Domna: Esposa e mãe de imperadores**. In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. (org.). **Amor, Desejo e Poder na Antiguidade – Relações de Gênero e Representações do Feminino**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2014.

HAWTHORNE, G. F.; MARTIN, R. P.; REID, D. G. (org.). **Dicionário de Paulo e suas Cartas**. São Paulo: Vida Nova, Paulus, Edições Loyola, 2008.

HEMELRIJK, Emily A. **Matrona Docta – Educated Women in the Roman elite from Corneliato Julia Domna**. New York: Routledge, 2004.

HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KLAUCK, Hans-Josef. **Evangelhos Apócrifos**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

KLAUCK, Hans-Josef. **O Entorno Religioso do Cristianismo Primitivo I – Religião civil e religião doméstica, cultos de mistérios, crença popular**. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

KOESTER, Helmut. **Introdução ao novo testamento – 2. História e literatura do cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2005.

KÖSTENBERGER, A. J.; KRUGER, M. J. **A Heresia da Ortodoxia – Como o fascínio da cultura contemporânea pela diversidade está transformando nossa visão do Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 2013.

LITFIN, Bryan M. **Conhecendo os Mártires da Igreja Primitiva – Uma introdução evangélica**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Vida Nova, 2019.

LOPES, Hernandes Dias. **Pedro – Pescador de Homens**. São Paulo: Hagnos, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. (org). **O Corpo Educado – Pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MEEKS, Wayne A. **Os Primeiros Cristãos Urbanos – O mundo social do apóstolo Paulo**. Santo André: Academia Cristã, Paulus Editora, 2011.

MORESCHINI, Claudio; NORELLI, Enrico. **História da literatura cristã antiga Grega e Latina I – de Paulo à Era Constantianiana**. São Paulo: Edições Loyola, Brasil, 1996.

MORALDI, Luigi. **Evangelhos Apócrifos**. São Paulo: Paulus, 1999.

NOGUEIRA, Paulo. **Apocrificidade – O Cristianismo Primitivo para Além do Cânon**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

NOGUEIRA, Paulo. **Breve História das Origens do Cristianismo**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2020.

NOGUEIRA, Paulo. **Narrativa e Cultura Popular no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Paulus, 2018.

NOGUEIRA, Paulo. **Religião e Poder no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Paulus, 2020.

O'CONNOR, Jerome Murphy. **Paulo de Tarso – História de um Apóstolo**. São Paulo: Paulus, Edições Loyola, 2007.

PLUTARCO. **Da Educação das Crianças**. Trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

REILLY, A. J. **Os Mártires do Coliseu – O Sofrimento dos Cristãos no Grande Anfiteatro Romano**. Rio de Janeiro: CPAD, 2022.

SILVA, Semíramis Corsi. **Magia e Poder no Império Romano – A Apologia de Apuleio**. São Paulo: ANNABLUME editora, 2012.

SIQUEIRA, S. M. A. **A Efervescência Discursiva sobre as Mulheres nos Movimentos Marginais do Cristianismo Primitivo e as Respostas da Patrística**. In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. (org.). **Amor, Desejo e Poder na Antiguidade – Relações de Gênero e Representações do Feminino**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2014.

STEINBERG, Sylvie. (org.). **Uma História das Sexualidades**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2021.

THOMAS, Christine M. **The Acts of Peter, Gospel Literature, and the Ancient Novel – Rewriting The Past**. New York: OXFORD University Press, 2003.

VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada – Do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WOOLF, Greg. **Roma – A História de um Império**. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

YARBROUGH, O. L. **Paulo, o casamento e o divórcio**. In: SAMPLEY, J. Paul (org.). **Paulo no Mundo Greco-Romano – um compêndio**. São Paulo: Paulus, 2008.

Artigos e dissertações

ARAUJO, Alexandre Almeida Lima. **O ADULTÉRIO COMO TÁTICA DE SUBVERSÃO DO MATRIMÔNIO POR PARTE DAS MATRONAS NO ALTO IMPÉRIO ROMANO A PARTIR DA PARENÉTICA SATÍRICA DOS EPIGRAMAS, DE MARCIAL, SÁTIRAS, DE JUVENAL E SATIRICON, DE PETRÔNIO**

(SÉCULOS I A.E.C. – II D.E.C.). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

AUGUSTO, Denise de Carvalho. **CULTURA MATERIAL, ICONOGRAFIA E NUMISMÁTICA: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS IBÉRICAS E ROMANAS**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

FARIA, Jacir de Freitas. **A vida e atos dos apóstolos segundo Atos Apostólicos Apócrifos**. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 0, n. 73, p. 177-197, 2016.

LIMA, Albertino da Silva. **Desconstruindo o “mago” em Simão: O estudo da magia no Cristianismo Primitivo, uma análise a partir dos Atos de Pedro**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

MIRANDA, Valtair A. **Narrativas de martírio e construção de comunidades cristãs nos séculos II e III**. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 0, n. 73, p. 117-133, 2016.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. **Os Atos Apostólicos Apócrifos e a religiosidade popular do Mediterrâneo**. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 0, n. 73, p.11-28, 2016.

ROCHA, Fernando Ferreira. **Pedro: Uma figura de poder entre os cristãos primitivos – Análise dos Atos de Pedro na tradição canônica e dos apócrifos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2020.

SILVA, Gilvan Ventura da. **Ascetismo, Gênero e Poder no Baixo Império Romano: Paládio de Helenópolis e o status das Devotas Cristãs**. Dossiê: História Antiga, SÃO PAULO, v. 26, n. 1, p. 82-97, 2007.

SILVA, Roberta Alexandrina da. **O reino para elas: Mulher e comunidades cristãs no Primeiro Século**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TERRA, Kenner Roger Cazotto. **FICÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NOS ATOS APÓCRIFOS DOS APÓSTOLOS**. Estudos Teológicos, 59(1), p. 183–194, 2021. Recuperado de <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/636>.

TERRA, Kenner Roger Cazotto. **O Cânon além do Cânon: Atos Apócrifos dos Apóstolos**. Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 0, n. 73, p. 29-45, 2016.